

FRAXINETUM: UM ESTADO DE FRONTEIRA ISLÂMICO NA PROVENÇA DO SÉCULO X<sup>1</sup>

FRAXINETUM: AN ISLAMIC FRONTIER STATE IN TENTH-CENTURY PROVENCE

Mohamad Ballan\*

mohamad.ballan@stonybrook.edu

RESUMO: O foco principal deste artigo é uma reconsideração de Fraxinetum como um Estado de Fronteira Islâmico, na Provença, do século X. Os estudos tradicionais têm interpretado a presença muçulmana na Provença dentro do contexto da pirataria. A interpretação de Fraxinetum como uma base pirata situa-se amplamente na interpretação de documentos primários e na reprodução dos argumentos de cronistas Latinos nos estudos modernos. Procurando debater a visão de que os muçulmanos em *Francia* eram meramente bandidos, através de uma reavaliação das fontes primárias e uma análise de evidências não-textuais, este artigo demonstra que Fraxinetum era o centro político, militar e econômico de um Estado de Fronteira Islâmico na Provença, que foi povoado amplamente por *ghāzīs* ou *mujāhidīn* (guerreiros de fronteira Islâmicos) de al-Andaluz. Reconceitualizar Fraxinetum como um Estado de Fronteira Islâmico não deve levar a entender que a atividade muçulmana na Provença fosse administrada de maneira centralizada, mas, conceber que *jihād*, assim como motivações econômicas, teve um papel crucial neste assentamento militar de fronteira e, desse modo, necessita ser entendido. Isso permitirá aos estudiosos compreender mais amplamente a natureza de Fraxinetum, fornecendo uma perspectiva adicional sobre a presença muçulmana na Provença, contribuindo, de maneira geral, para o entendimento do fenômeno dos Estados de Fronteira Islâmicos durante o século X.

PALAVRAS-CHAVE: Fraxinetum, Muçulmanos, Provença, Andaluz, Mediterrâneo da Alta-Idade Média, *jihād*, *ribāṭ*, Estado de Fronteira, Península Ibérica.

ABSTRACT: The primary focus of this article is a reconsideration of Fraxinetum as an Islamic frontier state in tenth-century Provence. Traditional scholarship about Fraxinetum has interpreted the Muslim presence in Provence within the context of piracy. The interpretation of Fraxinetum as a pirate base centers largely on the interpretation of primary documents and the replication of the arguments of the Latin chroniclers within modern scholarship. Seeking to challenge the view that the Muslims in *Francia* were merely bandits, through a reassessment of primary sources and an analysis of some nontextual evidence, this article demonstrates that Fraxinetum was the political, military, and economic center of an Islamic frontier state in Provence that was populated largely by *ghāzīs* or *mujāhidīn* (Islamic frontier warriors) from al-Andalus. Reconceptualizing Fraxinetum as an Islamic frontier state should not be understood to mean that Muslim activity in Provence was centrally administered, but intends to convey that *jihād*, as well as certain economic motivations, played a crucial role in this frontier military settlement and, as such, needs to be adequately understood. This will allow scholars to comprehend more fully the nature of Fraxinetum, providing additional insight into the Muslim presence in Provence, and contributing to the understanding of the phenomenon of Islamic frontier states more broadly during the tenth century.

KEYWORDS: Fraxinetum, Muslims, Provence, Andalus, Early Medieval Mediterranean, *Jihād*, Piracy, *ribāṭ*, Frontier State, Iberia.

<sup>1</sup>Publicado originalmente em: BALLAN, Mohammad. Fraxinetum: An Islamic Frontier State in Tenth-Century Provence. *Comitatus*, 41, p. 23-76, 2010. Traduzido por Bruno Tadeu Salles e Marina de Oliveira Carvalho, ambos do Laboratório de Estudos Medievais vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto (LEME/UFOP). Tradução e publicação autorizadas pelo autor e pelo editor da Comitatus.

\* Doutor em História pela Universidade de Chicago. Professor na Stony Brook University.

De forma notável, poucos estudos têm se dedicado à história do Islã em Francia durante a Alta Idade Média. Alguns estudiosos da Europa Medieval e do mundo islâmico consideram a derrota decisiva de uma força Omíada, conduzida por Abdurrahman al-Ghāfiqī, por um exército franco comandado por Carlos Martel, na batalha de Tours-Poitiers, em 732 – e a subsequente conquista de Narbone dos Árabes em 759 – para marcar o ponto final do envolvimento muçulmano em Francia. De fato, contrariamente a esta perspectiva, o século X testemunhou um restabelecimento da autoridade muçulmana no sudeste de Francia, embora de uma natureza diferente da ocupação de dois séculos antes, sublinhando a interconectividade dinâmica entre eventos na Península Ibérica, no Mediterrâneo e na Europa Cristã durante este período. Este artigo delineará como um Estado de Fronteira islâmico, centrado em torno de Fraxinetum, na Provença, emergiu no final do século IX e permitiu aos Andaluzes, durante do século X, um papel mais significativo, no sul de Francia, do que tem sido tradicionalmente entendido<sup>2</sup>. Um levantamento de documentos primários e de evidências arqueológicas recentes também revelou que a presença militar, cultural e religiosa muçulmana na Gália não terminou verdadeiramente até as últimas décadas do século X, cerca de 250 anos após a vitória de Carlos Martel em Tours.

O estabelecimento islâmico em Fraxinetum tem levantado vários problemas para os historiadores. Além da escassez de fontes arábicas contemporâneas, um dos maiores desafios lançados aos estudiosos modernos foi como situar uma análise de Fraxinetum dentro do contexto da instabilidade que caracterizou o final do Império Carolíngio. Embora alguns tenham estudado o estabelecimento como uma anomalia histórica, outros o conceberam dentro de um contexto regional e temático específico. No século passado, esta última abordagem conduziu a uma variedade de conclusões, abrangendo desde argumentos de que Fraxinetum foi um subproduto da rápida expansão marítima muçulmana durante o século X, a assertivas de que a presença muçulmana na Provença foi uma incursão bárbara particularmente destrutiva para a vida econômica e social da região. O que foi Fraxinetum? Como e por que foi estabelecido? Quais evidências existem sobre Fraxinetum e o que elas revelam para os historiadores a respeito da presença islâmica na Provença durante o século X? Fraxinetum foi único? Estas são algumas questões que este artigo procura abordar.

---

<sup>2</sup>“Andaluz” será o principal termo empregado através deste artigo para descrever os muçulmanos de Fraxinetum e, onde o contexto é evidente, será usado também simultaneamente com “Muçulmano” e “Muçulmano Provençal”. Quando se referir a Muçulmanos não ibéricos, suas origens, se conhecidas, serão enfatizadas usando as designações “Árabe”, “Berbere” ou “Persa”.

Independentemente de suas diferentes abordagens, a maioria dos estudiosos, antes dos anos 1970 e 1980, consistentemente caracterizavam os muçulmanos de Fraxinetum como “saqueadores” ou “piratas” e reduziam seu assentamento a um “ninho de corsários” indigno de maiores atenções. Entretanto, as fontes documentais e materiais apresentam um quadro diferente, mais complexo, destes muçulmanos, de suas atividades e da natureza de sua presença na Gália. Através de um levantamento de fontes primárias e de uma análise de algumas evidências não textuais, eu irei demonstrar que, contrariamente à tradicional visão que deprecia os muçulmanos como bandidos em Francia, Fraxinetum foi o centro político, militar e econômico de um Estado de Fronteira Islâmico na Provença, povoado amplamente pelos *ghāzīs* ou *mujāhidīn* (guerreiros de fronteira islâmicos) de al-Andaluz<sup>3</sup>. Meu uso do termo “Estado de Fronteira”, para descrever Fraxinetum, é potencialmente problemático e necessita de explicação. O termo é melhor entendido como “assentamento militar”, se assemelhando às mais familiares fortalezas de *ribāts/thughūr*/fronteira em outras regiões do mundo islâmico como o norte da África, norte da Península Ibérica, a Cilícia e o leste da Anatólia, onde os muçulmanos se engajavam em conflitos de fronteira. Consequentemente, mais que sugerir que Fraxinetum foi um centro administrativo com uma burocracia avançada e instituições desenvolvidas (o entendimento tradicional do termo “Estado”), “Estado de Fronteira” significa uma entidade autossustentada, na zona fronteira entre a Península Ibérica Islâmica e a Cristandade Franca, que servia como ponto focal de vários grupos autônomos de *ghāzīs* muçulmanos andaluzes na Provença e na passagem alpina. Embora não houvesse autoridade estruturada e centralizada regulando a atividade desses grupos de guerreiros, seu engajamento na *jihād* sugere que eles coordenavam suas atividades e frequentemente agiam em uníssono, dando a seus oponentes e a outros observadores, no mundo medieval, a impressão de que formassem um singular e unificado front. No contexto deste artigo, o termo *jihād* se refere, especificamente no século X, a uma definição jurisprudencial islâmica, caracterizando a violência contra não-muçulmanos que não reconheciam a lei islâmica, como um dever religiosamente sancionado, descrevendo um ato empreendido para enfraquecer e derrotar a “terra dos descrentes” (*dār al-harb*) e trazer a vitória final ao Islã.

---

<sup>3</sup> Al-Andaluz se refere às porções da Península Ibérica sob a lei islâmica na Idade Média. Portanto, dentro do contexto deste artigo (séculos IX e X), isso denota grande parte da Península Ibérica, exceto o Extremo Norte (Galícia e Leon) e o Nordeste Ibérico Pirenaico (Aragão e Catalunha).

A afirmação de que os guerreiros de Fraxinetum fossem *mujāhidīn* não desconsidera que havia múltiplas motivações, tanto econômicas quanto religiosas, para o estabelecimento e a manutenção de uma presença muçulmana na Provença. Também não desconsidera vários modos de interação, indo de batalhas violentas a relações comerciais, as quais refletiam as diferentes motivações dos muçulmanos residentes lá. Contudo, parece que a *jihād* fornecia o quadro básico de legitimação e de operação para os muçulmanos em Francia e informava a percepção de suas atividades aos observadores muçulmanos contemporâneos em al-Andaluz e no mundo islâmico do Leste. Como notado, reconceitualizar Fraxinetum como um Estado de Fronteira islâmico não deve significar que a atividade muçulmana, na Provença, fosse administrativamente centralizada, mas conceber que a *jihād* teve, tanto quanto certas motivações econômicas, um papel crucial nesse assentamento militar de fronteira e, como tal, precisa ser considerado seriamente. Essa perceptiva permitirá aos estudiosos compreender mais amplamente a natureza de Fraxinetum, fornecendo ideias adicionais sobre a presença muçulmana na Provença e, mais amplamente, contribuindo para o entendimento do fenômeno dos Estados de Fronteira islâmicos durante o século X.

#### FRAXINETUM

De acordo com Liutprand, bispo de Cremona, a história da Fraxinetum islâmica começa por volta de 887, quando uma pequena embarcação, carregando cerca de vinte marinheiros Andaluzes, aportou na costa provençal, próxima da moderna cidade de Saint-Tropez (LIUTPRAND DE CREMONA, *Antapodosis*, In: SQUATRITI, 2007, p. 45-46; POLY, 1976, p. 6-7, POUPARDIN, 1908, p. 250-251). Os Andaluzes saquearam os assentamentos da vizinhança de Freinet e, na montanha próxima da cidade, procederam à ocupação do forte, que era chamado *Fraxinetum* desde a época romana<sup>4</sup>. A subsequente cidade-fortaleza que eles estabeleceram era fortemente defendida e praticamente impenetrável, protegida, por um lado, pelo mar, de onde os Andaluzes recebiam seus reforços, e, pelo outro, por uma densa floresta de árvores espinhosas (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 45; MUHAMMAD IBN HAWQAL, *Surat al-Ard*, In: KRAMERS & WIET, 1963, p.185; MUHAMMAD IBN HAWQAL, *Surat al-Ard*, In: SÉNAC, 1982, 18-19). Consequentemente, o forte só podia ser alcançado através de um único caminho estreito através da montanha (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 45-46; BLOCH, 1961, p. 4-

<sup>4</sup> Para conhecer mais da história de Fraxinetum da era romana até a chegada dos muçulmanos, ver Jacques Dalmon (1994, p. 20-27). O nome “Fraxinetum” é, provavelmente, derivado da palavra latina “fraxinus”, significando freixo, como referência à espessa floresta que cercava o lugar.

8; MUHAMMAD IBN HAWQAL, *Surat al-Ard*, In: SÉNAC, 1982, p. 19). Autores latinos contemporâneos, nomeadamente Liutprand de Cremona e o autor anônimo da *Life of Beuve of Noyers*, aludem à origem ibérica dos invasores, mas, diferem em nomeá-los; Liutprand os designava “*saraceni*”, embora o autor da *Life of Beuve* os chamasse “*hispanicolae*” (FÉVRIER, 1989, p. 491; POLY, 1976, p. 7). Geógrafos do século X, especialmente Muhammad Ibn Hawqal, em seu *Surat al-Ard* (977), e al-Istakhri, no *Kitāb al-Masālik wa al-Mamālik* (951), referiam ao porto fortificado de Fraxinetum como *Jabal al-Qilāl* (“Monte da madeira/árvore”) e o descreveram como uma vasta região montanhosa com rios/córregos e um solo fértil que levava dois dias para cruzar (MUHAMMAD IBN HAWQAL, 1963, p.185; AL-ISTAKHRI, 1961, p. 51; SHAKIB ARSLAN, 1966, p. 210-213). Ibn Hawqal, assim como Liutprand, enfatizou a virtual impenetrabilidade da fortaleza e especificou que era apenas acessível por uma rota pela montanha. Ele também acrescentou que ela era dependente dos Omíadas de Córdoba, como fica subentendido por sua representação cartográfica de Fraxinetum na condição de uma ilha na boca do Rio Ródano, alocada próxima da Península Ibérica, similar às Ilhas Baleares (SHAKIB ARSLAN, 1966, p. 210).

Logo após seu estabelecimento em Fraxinetum, os Andaluzes chamaram seus irmãos da Península Ibérica e das Ilhas Baleares para juntar-se a eles; uma centena de guerreiros responderam a esse chamado, encorajados por seu zelo religioso e pela obtenção de riquezas nos ataques (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, 45-46; VERSTEEGH, 1990, p. 364). Embora seja plausível que os muçulmanos da Sicília e do norte de África participassem das invasões em Francia, é mais provável que muitos dos invasores fossem oriundos de Fraxinetum e, conseqüentemente, das regiões costeiras da Península Ibérica. Em duas décadas, desde sua chegada, os Andaluzes tinham subjugado a Provença em sua totalidade e, até mesmo, conduzido ataques tão longínquos quanto ao norte da Itália, onde eles ocuparam Acqui e ameaçaram a abadia de Novalesa em 906 (ANONYMOUS MONK, *Chronaca di Novalesa*, ed. Gian Carlo Alessio, 1982, p. 28, 61, 112, 231-242, 278; LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 94 e 142; VERSTEEGH, 1990, p. 365)<sup>5</sup>. A despeito de seu número relativamente pequeno, os muçulmanos conquistaram a terra com certa facilidade, devido às divisões e conflitos internos que caracterizavam a Provença desde a desintegração do Império Carolíngio (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 46-47; POLY, 1976, p. 4; VERSTEEGH, 1990, p. 364). Conseqüentemente,

---

<sup>5</sup> Como os vikings, os muçulmanos de Fraxinetum acharam que saquear mosteiros locais fosse uma fonte conveniente de rendimentos.

eles não encontraram qualquer resistência significativa dos provençais (MANTEYER, 1908, p. 239). Por volta de 939, os Andaluzes tinham atravessado os Alpes (todas as crônicas elogiam suas habilidades de montaria) e invadiram o que hoje é o norte da Itália, assim como o sul da Suíça, onde eles atacaram o mosteiro reformado de Saint-Gall e destruíram a abadia de Aguane, no Valais (EKKEHARD, *Casus Sancti Galli*, Ed. by Hans F. Haefele, 1980, p. 244; EKKEHARD, *Casus Sancti Galli*, In: DE REY, 1878, p. 232-233; VERSTEEGH, 1990, p. 377-379; POUPARDIN, 1908, p. 266-267). Eles estabeleceram numerosas fortalezas – as quais todos os cronistas latinos, nas regiões assoladas, chamaram de Fraxinetum ou alguma variação do nome (*Frassineto, Frascendello, Fraxinth*, etc.) – que formavam a infraestrutura básica para apoiar a sua expansão e favorecer a sua dominação da Provença e do Vale do Ródano. De sua base principal em Fraxinetum, os muçulmanos estenderam seus assaltos na Alemannia e em Rhaetia, no Norte, em Grenoble, no Oeste, e na Lombardia, no Leste<sup>6</sup>. Apesar da Provença e parte do Piedmont estarem sob o controle nominal dos Andaluzes, a infraestrutura administrava (e religiosa) local foi deixada intacta. Assim, muitas cidades provençais eram relativamente autogovernadas e pagavam uma taxa para Fraxinetum (LACAM, 1965, p.102)<sup>7</sup>. A extensão da influência dos andaluzes e de seu impacto nas regiões que conquistavam ou saqueavam é evidenciada por alguns nomes de lugares da região, os quais aludem aos “Sarracenos” e a sua base em Fraxinetum; de fato, as regiões montanhosas do sul da Provença, onde a base principal estava estabelecida, é ainda conhecida como *Massif des Maures* (“Montanha dos Mouros”) (VERSTEEGH, 1990, p.381-385).

Após o saque devastador de Gênova, em 935 (por muçulmanos norte africanos e sicilianos, que podem ter se juntado aos invasores de Fraxinetum), a destruição do importante porto provençal de Fréjus, em 940, e a ampliação dos ataques para além dos Alpes, Hugo de Arles, rei da Itália, resolveu agir contra os muçulmanos de Fraxinetum. Em 941, ele demandou uma frota ao imperador bizantino, Romano Lecapeno, com o objetivo de assaltar a fortaleza por terra e por mar, esperando destruir Fraxinetum e romper o poder dos Andaluzes na região Transalpina (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p.181; SÉNAC, 1982, p. 38; RUNCIMAN, 1963,

<sup>6</sup> Para detalhes sobre os ataques dos muçulmanos em Provença, Piedmont e Rhaetia, ver: Joseph Reinaud (1836); Poupardin (1908, p.243-273); Shakib Arslan (1966, p. 207-328); Poly (1976, p.4-30); Bloch (1961, p.5-10); Sénac (1982, p.35-48); Versteegh (1990, p.359-382).

<sup>7</sup> Este estilo de governo foi baseado nos precedentes, incluindo as conquistas do Egito e da Espanha, a partir dos quais, indivíduos (não-muçulmanos), cidades e vilas capitulavam à lei muçulmana e pagavam uma taxa especial, conhecida como *jizya*, em troca de serem autorizados a observar suas práticas religiosas e a manterem um certo grau de autonomia. Esse arranjo era conhecido como o pacto *dhimma*.

p. 195; SHEPARD, 1995, p. 609; POLY, 1976, p.25, nº. 103). Em uma conjuntura crítica, durante o duplo ataque, quando Fraxinetum estava prestes a se submeter a suas forças, Hugo decidiu interromper a ofensiva e formar uma aliança com os muçulmanos (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p.181; SHAKIB ARSLAN, 1966, p.223-225). Ele optou por esta repentina mudança de estratégia, porque tinha recebido notícias de que seu rival pela coroa italiana, Berengário de Ivrea, intentava cruzar os Alpes com reforços da Saxônia e invadir a Itália; também é provável que a composição dele com os Andaluzes fosse parte de uma aproximação ampla com Abdurrahman III, governante de al-Andaluz, com quem ele tinha iniciado relações comerciais por volta de 941. Hugo alcançou um compromisso com os Andaluzes, embora eles continuassem a ocupar e a controlar as passagens alpinas, onde eles tinham se entrincheirado desde 921, fechando, efetivamente, a conexão entre a França e a Itália, impedindo, também, quaisquer exércitos hostis de alcançar seu reino (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p.181; VERSTEEGH, 1990, 367-368). Os muçulmanos respeitaram este acordo, tanto que ele lhes permitia adquirir vastas quantidades de riqueza pelo controle do movimento de soldados e peregrinos na travessia pelos Alpes entre Francia e Itália (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p.94; FLODOARD OF REIMS, In: FANNING; BACHRACH, 2004, p. 5, 10, 19, 24, 32, 56; *Chronicle of Flodoard of Reims, s. a. 923-951*", In: DE REY, 1878, p. 230-231; VERSTEEGH, 1990, p. 365)<sup>8</sup>.

A curto prazo, por causa de suas ações, Hugo de Arles foi duramente criticado pelos seus contemporâneos, incluindo Liutprand de Cremona, que o comparava a Ahab, o rei da antiga Israel, e o responsabilizava pela morte de centenas, senão milhares, de cristãos (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p.181-182; VERSTEEGH, 1990, p. 369). Mais significativamente, a *realpolitik*, por trás da decisão de Hugo de permitir a sobrevivência de Fraxinetum, teria consequências dramáticas a longo prazo. Foi durante o seu período de controle das passagens Alpinas que Fraxinetum alcançou o ápice de seu poder e os ataques dos Andaluzes se tornaram mais destrutivos e mortais; de acordo com os cronistas latinos, os muçulmanos saquearam numerosos mosteiros e mataram indiscriminadamente centenas de peregrinos em seu caminho para Roma (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p.94; EKKEHARD, 1980, p.244; *Chronicle of Flodoard of Reims, s.a. 923-951, In: DE REY, 1878, p.230-231*). Foi

---

<sup>8</sup> O fato dos muçulmanos de Fraxinetum coletarem taxas/tributos dos viajantes, nas passagens alpinas, é sustentado pela entrada de 951 da Crônica de Flodoardo: *Saraceni meatum Alpium obsidentes a viatoribus Romam petentibus tributum accipiunt et sic eos transire permittunt* ("Os sarracenos ocupantes das passagens alpinas exigem tributos daqueles que viajam para Roma e, assim, os permitem passar").

durante esse tempo que Fraxinetum abrigou um número de rebeldes e renegados dos reinos vizinhos, notadamente Adalberto de Itália, filho de Berengário de Ivrea, atraindo, desse modo, hostilidade adicional das autoridades regionais e locais na Germânia, Francia e Itália (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p.94; EKKEHARD, 1980, p.221 e 225). Os muçulmanos construíram uma linha extensa de defesas fortificadas ao longo da montanha, com o objetivo de consolidar seu controle das passagens e aumentar o escopo de seus ataques durante o período. (VERSTEEGH, 1990, p. 366.). Entretanto, sua confiança – amplamente um produto da falta de resistência e dos repetidos sucessos de suas atividades na Provença e no Piedmont – também provocaria sua queda. Seu primeiro grande erro de cálculo foi conduzir ataques à montante do vale do Ródano (FLODOARD OF REIMS, 2004, p. 28). Esse era o território de Otto I, que decidiu apelar ao califa de al-Andaluz, Abdurrahman III, que Otto acreditava ter a autoridade para controlar suas atividades (VERSTEEGH, 1990, p. 363)<sup>9</sup>. Este episódio de diplomacia entre os dois mais poderosos soberanos da Europa Ocidental, Otto I e Abdurrahman III, demonstra que o significado dos muçulmanos de Fraxinetum ia além dos limites de seus ataques e que, contemporaneamente, eles tinham o potencial para perturbar a balança de poder e o *status quo* entre poderes muçulmanos e cristãos na Europa Ocidental (SÉNAC, 1985, p. 49-50 e 1980, p. 102)<sup>10</sup>. Sua expansão rumo ao norte também os colocou em contato com os Magiares, que estavam assolando as partes ocidentais. Isso levou a um confronto entre os muçulmanos de Fraxinetum (*Sarraceni e valle Fraxnith*) e os húngaros (*Ungari*), por volta de 954, que terminou quando Conrado da Burgúndia (r.937-993), tirando vantagem da situação, “indiscriminadamente massacrou os sobreviventes de ambos os grupos” (*nullo discrimine trucidetur Saracenus et Hungar*) (EKKEHARD, 1980, p. 138-140; BOWLUS, 2006, p. 4; VERSTEEGH, 1990, p. 372). De fato, em 955, com a ameaça Magiar contra a Europa Ocidental tendo sido reduzida após sua derrota em Lechfeld, Otto I começou a tomar uma ação mais ativa no encorajamento e patrocínio da resistência cristã local contra os

---

<sup>9</sup>Otto I e Abdurrahman III trocaram um certo número de embaixadas concernindo à questão de Fraxinetum. Embora a discussão destas embaixadas e de suas consequências seja um tópico que extrapola o escopo deste ensaio, é importante reconhecer que, após a troca de embaixadas, o suporte material e moral do califa de al-Andaluz para Fraxinetum diminuiu consideravelmente. Para mais informações sobre isso, ver *The Niceties of Diplomacy*, in: Colin Smith (1988, v.1, p. 62-75). Otto também viu Fraxinetum como uma ameaça, pois tinha dado refúgio a vários de seus inimigos, notadamente Adalberto de Itália, filho de Berengário de Ivrea que, após sua derrota para o Imperador Otto, recebeu santuário dos Andaluzes em Fraxinetum. Ver Liutprand de Cremona (2007, p 221 e 225) e Versteegh (1990, p.372).

<sup>10</sup>Havia um estado de tranquilidade e relativa estabilidade entre al-Andaluz e a Europa Ocidental há mais de um século.



muçulmanos de Fraxinetum, que foram forçados a assumir uma postura defensiva após 950 (VERSTEEGH, 1990, p. 372-373, 379; WIDUKIND OF CORVEY, *Battle of Lechfeld*, In: HILL, 1969, p. 15-18; BOWLUS, 2006, p. 1; REUTER, 1991, p. 160-161).

O segundo maior erro cometido pelos andaluzes, que subsequentemente deflagrou uma série de eventos levando à eventual ruína de Fraxinetum, foi a captura de Maiolo, o abade de Cluny – considerado como um santo vivo por alguns condes, duques e reis da Europa Ocidental – enquanto ele atravessava os Alpes em 972 (SYRUS, *Vita Sancti Maioli*, In: DE REY, 1878, p. 233-235; VERSTEEGH, 1990, p. 370)<sup>11</sup>. A captura dele suscitou um fator de unificação nas disputas dos lordes de Provença contra os Andaluzes e promoveu sua resposta coletiva à ameaça vinda de Fraxinetum (SÉNAC, 1980, p.55-57). Após a entrega de seu resgate e de sua subsequente libertação, Maiolo conclamou uma coalizão de nobres em uma semi-cruzada com o objetivo de remover os muçulmanos de Francia (SYRUS, *Vita Sancti Maioli*, In: DE REY, 1878, p. 235)<sup>12</sup>.

A expedição foi liderada por Guilherme I de Provença, mas aristocratas do norte da Itália, Provença e Septimania também tomaram parte (BUSQUET, 1954, p. 138). As forças francas encontraram os muçulmanos em Tourtour, na alta Provença, durante o verão de 972, e destruíram suas linhas antes que pudessem se retirar para a base principal, em Fraxinetum, os quais não receberam qualquer reforço de al-Andaluz. Depois de um curto e intenso cerco, ela caiu no final de 972 (embora um número de fontes estabeleça a data mais tarde, em 990) (SÉNAC, 1980, p. 57-58; POLLY, 1976, p.27-29). Após a destruição de Fraxinetum, os habitantes

---

<sup>11</sup>Uma discussão detalhada da captura do Abade Maiolo de Cluny e como isso levou ao subsequente declínio de Fraxinetum é dado por De Manteyer (1908, p. 239-250).

<sup>12</sup> O Movimento para expulsar os Andaluzes de Fraxinetum pode ser contextualizado dentro das origens do movimento de cruzada. A queda das bases muçulmanas através do Mediterrâneo teve um impacto ideológico no movimento que culminaria na Primeira Cruzada. A ideia de combater em defesa da Igreja, em troca de uma recompensa espiritual, existia desde o tempo do papa João VIII, que tinha lutado para remover os Árabes do sul da Itália. Em 878, João VIII enfatizou a importância da *defensio totius christianitatis* em face de um inimigo muçulmano agressivo que estava, nesse período, ameaçando a própria Roma. Embora esta meta nunca tivesse se materializado durante sua vida, o ideal teve uma longa influência e foi aplicada primeiro, talvez, quando o Papa Joao X reuniu uma coalizão de cavaleiros, que ele pessoalmente conduziu, e eliminou os muçulmanos de monte Garigliano, em 915. Vários estudiosos discutem que a queda de Fraxinetum foi a primeira ofensiva/contrataque cristã ocidental contra a expansão muçulmana da Alta Idade média. A importância de Cluny em inspirar o movimento de cruzada tem sido sublinhada também por vários estudiosos e a ligação do ideal de cruzada com a campanha de Maiolo contra os muçulmanos da Provença tem sido muito comum. De fato, foi notado que o Papa Urbano II, ele próprio um cluniano, antes de proferir seu famoso discurso em Clermont, em 1095, onde ele pregou o *bellum sacrum* (guerra santa), orou na tumba de Maiolo, em Souvigny, talvez indicando que ele fosse influenciado pela semi-cruzada de Maiolo em 973. Para saber mais acerca dessas ideias e teorias, ver: Dominique Iogna-Prat (2006, p.74-75); Bernard Hamilton (2007, p. 309-318); Stephen O'Shea (2006, p.150 n.º. 93). Sobre Cluny e a Primeira Cruzada, ver: Iogna-Prat (1998, p.324-330); Vicente Cantarino (1980, p.82-109, esp. 90-95); Giles Constable (2000, p.179-193).

muçulmanos de Provença – combatentes e não combates – foram mortos, escravizados ou exilados e as terras que eles controlavam foram divididas entre alguns senhores que tinham tomado parte na expedição para expulsá-los da Provença<sup>13</sup>. Essa vitória dos Provençais sobre os Andaluzes de Fraxinetum efetivamente encerrou o controle muçulmano sobre o sul da França, quase 240 anos após a derrota de Abdurrahman al-Ghafiqī para Carlos Martel, na Batalha de Tours, em 732<sup>14</sup>.

## FONTES

Devido à relativa escassez de evidências sobre Fraxinetum, historiadores geralmente se apegam ao mesmo conjunto de fontes textuais primárias<sup>15</sup>. Embora materiais não textuais, incluindo fontes cartográficas, etnográficas e arqueológicas tenham sido também amplamente empregadas, em caminhos muito diversos, por estudiosos mais recentes. Restrições de espaço, infelizmente, não permitem a discussão de tais evidências aqui. A fonte latina utilizada mais frequentemente é a *Antapodosis* de Liutprand de Cremona (ca. 963), uma rica crônica da história política da Itália, Pávia e Provença no século X. Liutprand, um historiador e bispo Lombardo de Cremona, apresentou informação detalhada quanto à base Andaluz em Fraxinetum, às origens dos muçulmanos de lá e suas atividades<sup>16</sup>. Ele discorreu igualmente sobre as relações que existiam entre os andaluzes e o rei da Itália, Hugo de Arles. *Os Anais do Reino dos Francos (Annales Regni francorum)*, que cobrem a história política do Império Franco de 741 a 829 e a *Vida de Carlos Magno (Vita karoli Magni)* de Einhard são também amplamente utilizadas pelos estudiosos devido a suas múltiplas referências à situação política no Império Carolíngio no início do século IX, que estabelece o palco para a

<sup>13</sup> Um número significativo de Muçulmanos em Fraxinetum se converteu ao Cristianismo. Eles se tornaram servos no ducado de Provença unificado novamente. Foi a expulsão dos Sarracenos da Provença e a divisão de terras entre senhores locais que marcaram a transição da Provença de um governo autônomo para o “feudalismo”. Para saber mais acerca do impacto da expulsão dos muçulmanos na reorganização social da Provença, ver: Archibald Lewis (1965, p.344); Poly (1976, p.3-130). Para conhecer uma crítica extensa do conceito de “feudalismo” no inteiro da erudição moderna acerca da Idade Média, ver: Jean Pierre Poly e Eric Bournazel (1991); Elizabeth A. R. Brown (1974, p.1063-1088). De acordo com Benjamin Kedar (1988, p.42-44), o modelo Cristão de “Reconquista” na Sicília, Ibéria e Oriente Próximo durante os séculos XI e XII, envolvendo conquista, seguida por massacre e conversão, originou-se em Fraxinetum. Em outras palavras, a captura de Fraxinetum pela coalizão cristã, um dos primeiros episódios da contraofensiva Europeia Católica contra forças do Islã, associava conquista cristã, derrota muçulmana, escravização e conversão.

<sup>14</sup> Para saber mais sobre a historiografia da batalha de Tours/Poitiers, ver: Françoise Micheau e Philippe Sénac (2006, p.7-15).

<sup>15</sup> Para um levantamento detalhado das principais fontes árabes e latinas, ver: Sénac (2006, p. 26-39).

<sup>16</sup> Liutprand de Cremona tem sido discutido em detalhes por vários estudiosos. Ver: Karl Leyser (1994, p.111-124); Robert Levine (1991, p.70-84); Philippe Buc (1996, p.3-38); Karl Leyser (1994, p.125-142).

chegada dos Andaluzes em Provença. Trabalhos eclesiásticos, tais como os *Anais de Saint Bertin (Annales Bertiniani)*, iniciados por volta de 830, os *Anais de Floadoard de Reims* (919-966), o *Casus Sancti Galli* de Ekkehard (m. 973), os *Anais de Saint Victor de Marseille* (ca. 838-1000 e a *Crônica de Novalesa* (ca. 1050) são também utilizados por alguns historiadores por providenciarem informações detalhadas a respeito das incursões muçulmanas no sul da França, do estabelecimento de Fraxinetum e da extensão dos ataques Andaluzes no Piedmont, em Rhaetia, nas passagens alpinas e à montante do vale do Reno. Apesar de sua interpretação de alguns dos eventos, na qual os muçulmanos estavam envolvidos em um quadro bíblico, as fontes eclesiásticas são preciosas para fornecer informações detalhadas sobre a cronologia de Fraxinetum e os ataques dos muçulmanos na Provença, em Rhaetia e no Piedmont.

Há várias outras fontes latinas relativas a Fraxinetum que têm sido amplamente negligenciadas. A *Vida de Beuve de Noyers*, outrora conhecida como a *Vita Sancti Bobonis* (ca. 896), um relato contemporâneo de um nobre cavaleiro franco que combateu contra os muçulmanos na Provença durante o final do século IX e que sublinha o esmaecimento dos Andaluzes em Fraxinetum, tem sido estudada por um pequeno grupo de estudiosos<sup>17</sup>. Outro trabalho, inadequadamente utilizado, é a *Vida de Maiolo (Vita Sancti Maioli)* de Syrus, uma biografia de Maiolo de Cluny datando do início do século X que faz referência explícita à captura do abade pelos Andaluzes de Fraxinetum e contém importantes detalhes sobre as interações entre Maiolo e seus raptos<sup>18</sup>. A *Vida de João de Gorze (Vita Iohannis Gorziensis)*, um relato da vida de um monge germânico embaixador do Sacro Imperador Romano Otto I, composta por volta de 960, detalha suas viagens à Espanha Omíada, em meados do século X, para encorajar o califa Abdurrahman III a cessar seu apoio aos muçulmanos de Fraxinetum. Este tem sido usado principalmente por estudiosos interessados nas trocas diplomáticas entre o Sacro Império Romano e al-Andaluz no século X.

---

<sup>17</sup> A *Vita Sancti Bobonis* é baseada na vida de Saint Bobon, que, oriundo de uma nobre família na Provença, vivenciou os ataques iniciais dos Andaluzes. Ele via os muçulmanos de Fraxinetum como uma grave ameaça e, de acordo com a fonte, respondeu a ela construindo uma fortaleza massiva, na montanha oposta a deles, de onde ele atacava as suas forças. A legenda dele se popularizou na época das Cruzadas, sendo visto como uma figura inspiradora da do “espírito de cruzada”. Para mais informações sobre Bobon, ver Poly (1976, p. 6-9).

<sup>18</sup> Odilon de Cluny, sucessor de Maiolo, também compôs uma biografia do abade, comumente conhecida como a *Vie de Saint Maieul*, que contém informação detalhada sobre as interações de Maiolo com os Andaluzes. Um excerto do trabalho biográfico concernente à captura de Maiolo foi traduzido por Dominique Iogna-Prat (2006, p.54-55).

A evidência textual árabe, enquanto fonte de detalhes importantes sobre Fraxinetum, é extremamente exígua. O mais relevante destes textos tem sido o *Muqtabis*, a famosa crônica do historiador da Andaluzia Omíada Ibn Hayyan al-Qurtubī (m. 1076), que inclui detalhes relevantes sobre a história política e diplomática de al-Andaluz no século X e que faz referência explícita à Fraxinetum. *Surat al-Ard* de Ibn Hawqal (ca. 970), uma versão editada e atualizada do *Kitāb al-Masālik wa al-Mamālik* de al-Istakhri (ca. 950), é também um trabalho central. De fato, acontece que a tratadística geográfica do século X, incluindo evidência textual e cartográfica, é particularmente útil para o estudo de Fraxinetum e tem sido empregada, de formas diversas, por vários historiadores. Outra fonte importante é um trabalho geográfico anônimo, escrito na Pérsia e datado do final do século X, intitulado *Hudud Al-Alam*, que apresenta a percepção de como Fraxinetum era percebida pelos contemporâneos muçulmanos.

#### HISTORIOGRAFIA

No século passado, duas abordagens dominaram o debate historiográfico sobre Fraxinetum: uma tradicional, a outra revisionista e interdisciplinar. A abordagem tradicional, nomeadamente representada pelo *Le Royaume de Provence* (1908) de René Poupardin e pelo *Provence du Premier au Douzième Siècle* (1908), pode ser, em seguida, dividida em três subtemas específicos: o contexto regional, o impacto econômico e social dos muçulmanos na Provença e a captura de Maiolo (POUPARDIN, 1908, p. 243-273; DE MANTEYER, 1908, p. 237-250; LACAM, 1965, p. 99-105.)<sup>19</sup>. Historiadores, lidando com Fraxinetum dentro do contexto regional, estão predominantemente preocupados com a história política e a cronologia da presença muçulmana na Provença, especialmente com o impacto que os ataques andaluzes tiveram na vida eclesiástica e laica da Provença e do Piedmont. Eruditos que seguem essa abordagem têm enfatizado mais o significado sócio-político e econômico do controle muçulmano das passagens alpinas. Estes, discutindo a expansão do poder andaluz na região, dentro do contexto do poder político transalpino, também integraram a história política carolíngia otoniana e italiana a suas análises<sup>20</sup>. Vários historiadores concluíram que o

<sup>19</sup> O Trabalho de Poupardin se constituiu a partir de estudos anteriores, nomeadamente Gonzague de Rey (1878) e Joseph Toussaint Reinaud (1936). As duas teses apresentam informações detalhadas sobre a base muçulmana em Fraxinetum, suas atividades e sua expulsão da Provença.

<sup>20</sup> J. E. Tyler (1930, p.147-151); James Westfall Thompson (1915, p.857-887); J. Wesley Hoffmann (1923, p.826-839); J. Lestocquoy (1947, p.10); Patrick J. Geary (1994, p.121-145); Bloch (1961, p. 5-8); Constance Brittain Bouchard (1995, p.342).

estabelecimento de uma entidade islâmica (isto é, “estrangeira”) no sul da França e no Piedmont e, especialmente, sua subsequente reconquista pelas forças francas, em 972, tiveram um significativo e duradouro impacto na reorganização social e econômica da Provença<sup>21</sup>.

Poucos estudiosos, seguindo a abordagem tradicional, escolheram investigar Fraxinetum em maiores detalhes; estes tenderam a focar no significado da captura do abade Maiolo e na campanha para expulsar os andaluzes de Francia. Deve ser notado que tais historiadores fizeram uso limitado das fontes materiais árabes e exclusivamente se ativeram às fontes latinas eclesiástica, obstruindo, assim, sua capacidade para ver Fraxinetum, os muçulmanos andaluzes e suas atividades de um ponto de vista mais amplo. Apesar destes limites, a escola de pensamento tradicional suscitou vários problemas temáticos e questões que contribuíram para o entendimento da presença muçulmana na Provença do século X – em particular, a importância da compreensão do papel dos poderes políticos locais no duplo sentido de facilitar e impedir a hegemonia andaluz na região.

Nas últimas duas décadas do século XX, uma abordagem alternativa para a questão de Fraxinetum tem se desenvolvido. Este novo quadro relativizou o significado daquele sítio, por empregar um espectro ampliado de fontes materiais, analisando criticamente as fontes latinas existentes, enfatizando a natureza multifacetada do estabelecimento de muçulmanos na Provença, explorando possíveis continuidades com a presença inicial muçulmana durante o princípio do século VIII e destacando a existência de uma poderosa presença militar Andaluz em Fraxinetum (WENNER, 1980, p. 59-79; SÈNAC, 1980, p.15-41; SÉNAC, 1982)<sup>22</sup>. Esta abordagem mais recente se constituiu de forma interdisciplinar e revisionista, podendo ser subdividida em três temas dominantes: história Andaluz, história cultural e história Mediterrânea/marítima. Alguns elementos da história andaluz e europeia intercedem, não menos no caso de Fraxinetum. Certos historiadores de al-Andaluz e da história das fronteiras caracterizaram esses elementos como estando assentados sobre uma falha sísmica entre as civilizações cristã e islâmica no Ocidente Mediterrâneo.

Outro tema dominante que emerge da recente historiografia é a troca cultural. Estudiosos, procurando investigar a imagem do “outro” na Cristandade Latina, com um foco

---

<sup>21</sup>Busquet (1954, p.134-136); Lewis (1965, p.202-240); Stephen Weinberger (1973, p.247-257); Poly (1976, p.3-30); Peter Johaneck (1995, p.77).

<sup>22</sup> Um dos mais abrangentes estudos, em inglês, sobre a presença muçulmana na Provença é o de William Ernest Watson (1990).

no Islã, se referiram a Fraxinetum sob esse aspecto (DANIEL, 1975, p.52-73; SÉNAC, 2000, p.20-59). Eles analisaram as fontes latinas sobre os andaluzes e sua base na Provença para demonstrar a construção da imagem do Islã e dos muçulmanos entre os cristãos latinofonos como resultante de um contato político e militar entre árabes/berberes e francos em Provença. Historiadores, adotando esta abordagem, têm investigado alguns elementos das interações entre muçulmanos e cristãos, andaluzes e francos, além dos intercâmbios seculares e religiosos. Sua metodologia ampliou as análises etimológicas das crônicas latinas, reinterpretando os relatos da captura e da liberação de Maiolo, para comparar a representação de vikings e muçulmanos nas fontes latinas eclesiásticas contemporâneas (BRUCE, 2007, p.426-440; TOLAN, 2002, p.71-103; EL HAJJI, 1970, p. 207-225)<sup>23</sup>. Vários estudiosos recentes, contudo, têm colocado menos ênfase no contexto local da Provença e procurado incorporar Fraxinetum em um entendimento ampliado do mundo mediterrânico da Alta Idade Média. Como resultado, eles indicaram a existência de uma rede de piratas no Norte da África, no Leste da Península Ibérica, nas Ilhas Baleares e no Sul da França, dirigindo atenção para o contexto temático e regional estendido do Mediterrâneo dos séculos IX e X<sup>24</sup>. Com o objetivo de entender o significado histórico de Fraxinetum e constituir uma visão mais nítida de sua própria base, é fundamental integrar sua análise do estabelecimento dentro de um contexto ampliado.

### O MEDITERRÂNEO ISLÂMICO NO SÉCULO X

O debate historiográfico sobre Fraxinetum deixa nítido que diferentes historiadores têm contextualizado Fraxinetum em uma multiplicidade de caminhos. Além disso, não importando sua abordagem, historiadores modernos ainda se atêm a certos detalhes sobre a situação político-militar do Mediterrâneo dos séculos IX e X, afinal este foi o contexto no qual Fraxinetum surgiu e existiu. A história de Fraxinetum pode ser melhor entendida dentro de uma cadeia de eventos, começando com a conquista muçulmana da Hispania e culminando, no final do século X, com a chegada de várias centenas de *ghāzīs* andaluzes, que ocuparam eventualmente o sul da Provença e estabeleceram um assentamento militar de fronteira. O

<sup>23</sup> Para saber mais sobre os contatos entre o Imperador Otto I e Fraxinetum, ver: Rudolf Köpke (1962, p. 113-134, 235-279, 344-348, 435-454); Sénac (1985, p.45-55).

<sup>24</sup> Archibald R. Lewis (1951, p.132-183); Francesco Gabrieli (1964) 57-64; Ekkehard Eickhoff (1966, p. 60-80, 201-218, 297-320); John H. Pryor (1988, p.102-110); John Haywood (1991, p. 113-118); Jorge Lirola Delgado (1993, p.150-236); Christophe Picard (1997, p. 9-30). Sobre os contextos político, militar e econômico dos séculos IX e X, dentro da discussão da expansão marítima muçulmana, ver Francesco Gabrieli (1974, p. 63-104).

século VIII foi um período altamente pródigo de eventos na história do Mediterrâneo Ocidental. O Reino Visigótico de Hispania foi destruído pelos exércitos invasores muçulmanos, em 711, e a dinastia Merovíngia foi suplantada pelos Carolíngios, na Gália, por volta de 751. Acima de tudo, os Omíadas, fugindo ao massacre Abássida, no Levante, estabeleceram seu governo na Ibéria em 756. O fechamento do século também testemunhou a origem de um fenômeno no Mediterrâneo que teria um profundo impacto através dos séculos IX e X: os ataques nas orlas marítimas ou *jihād al-bahr*.

Ataques marítimos na Alta Idade Média têm, mais frequentemente, sido associados com vikings escandinavos, cujo poder no mar do norte foi demonstrado pelo saque devastador de Lindisfarne, em 793, enquanto relativamente pouca atenção tem sido prestada aos ataques dos muçulmanos andaluzes no Mediterrâneo. Seguramente, as atividades dos muçulmanos não foram menos complexas e seus ataques não menos destrutivos que estes de seus contemporâneos escandinavos, mas havia diferenças significativas. O fator motivador que impulsionou esses ataques, seus eventuais rendimentos, bem como o quadro de legitimidade e de operacionalidade, dentro do qual as atividades dos andaluzes tomaram lugar no Mediterrâneo, se distinguiam daqueles dos vikings. Eu tenho evitado o termo “pirataria” para descrever os ataques muçulmanos, pois isso não capta amplamente a essência de suas atividades, no Mediterrâneo, durante a Alta Idade Média, especificamente nos séculos IX e X. Ele também é inútil, sendo que, um tal termo amplo e ambíguo, carrega certas conotações e generaliza em demasia um fenômeno complexo e heterogêneo; ele não circunscreve ou explica as motivações e consequências dos ataques marítimos dos muçulmanos, os quais são melhor entendidos dentro do contexto da *jihād*. Como o estudioso Majid Khadduri tem explicado:

De acordo com a jurisprudência islâmica do século X, o mundo era disposto em duas divisões: o território do Islã (*dār al-Islām*), que também pode ser chamado *Pax Islamica*, compreendendo comunidades islâmicas e não islâmicas que tinham aceitado a soberania islâmica, e o resto do mundo, chamado *dār al-harb* (território de guerra). O *dār al-Islām*, em teoria, estava em constante estado de guerra com o *dār al-harb*. O instrumento que transformaria o *dār al-harb* no *dār al-Islām* era a *jihād* (*bellum justum* islâmico). O *jihād*, no sentido mais amplo, era, portanto, o meio para cumprir o último objetivo do Islã: a universalização da fé e o estabelecimento da soberania divina sobre o mundo inteiro. Na teoria legal islâmica, *jihād* era uma obrigação permanente para os crentes conduzirem por um processo contínuo de guerra psicológica ou política, se não estritamente militar. Nenhuma outra forma de guerra

(além da *jihād*) era permitida, seja dentro do território islâmico ou fora dele (KHADDURI, 1966, p. 10-16)<sup>25</sup>.

Uma explicação da origem da guerra de fronteira e da *jihād*, no mundo islâmico dos séculos IX e X, demanda um breve esboço do Mediterrâneo na Alta Idade Média. Em 711, doze mil berberes e tropas árabes iniciaram a conquista muçulmana do reino Visigodo de Espanha<sup>26</sup>. Em menos de cinco anos, eles devastaram a Península Ibérica inteira e, por volta de 730, tropas muçulmanas controlavam o sul da Gália, incluindo Aquitânia e Septimania, e estavam atacando mais ao norte, até o rio Sena. Os árabes sofreram uma severa derrota, em 732, na batalha de Tours/Poitiers, quando um dos mais numerosos grupos armados conduzidos por ‘Abd al-Ra m̄an al-Ghafiqī, governante de al-Andaluz, foi interceptado e suas forças dispersadas pelas tropas francas comandadas por Carlos Martel, o Mordomo do palácio da Monarquia Merovíngia (FREDEGAR OF REIMS, *The Fourth Book of the Chronicle of Fredegar*, In: J. M. Wallace-Hadrill, 1960, p. 90-91). A consolidação do controle islâmico sobre a Ibéria e seus ataques na Gália foram campanhas planejadas de forma centralizada e oficialmente sancionadas pelo califado Omíada do século VIII. O fracasso em Tour-Poitiers e, subsequentemente, outros limitaram a presença muçulmana na França à Provença e à Septimania, até que eles foram expulsos do sul da Gália, completamente, em 759, quando Narbone foi tomada por Pepino, filho de Carlos Martel<sup>27</sup>. Suas ambições de conquista foram frustradas novamente, no último quarto do século VIII, com a criação da Catalunha cristã no nordeste da Ibéria (MICHEAU; SÉNAC, 2006). O estabelecimento deste reino criou uma zona tampão entre a Andaluzia Omíada e o Reino Franco Carolíngio na Gália, eliminando, ao mesmo tempo, qualquer chance de os muçulmanos estenderem suas conquistas novamente para o norte. Consequentemente, os andaluzes começaram a organizar ataques marítimos no Mediterrâneo Ocidental, através dos quais eles puderam continuar a conquista de territórios, adquirir riqueza e expandir *dār al-Islām*. Inicialmente, esses ataques foram de uma natureza

<sup>25</sup>Para saber mais sobre a jihād na Alta Idade Média Islâmica e seu significado, ver Khalid Yahya Blankinship (1994, p.11-15).

<sup>26</sup> Sobre a conquista muçulmana da Espanha, ver: Abdulwahid Dhanun Taha (1988); Roger Collins (1989; 1995, p.144-181); Hugh Kennedy (1996, p.1-23); Maria Jesus Viguera Molins (1998, p.13-39); Pedro Chalmeta (2003); Eduardo Manzano Moreno (2006, p.1-188); Claudio Sánchez-Albornoz (1982, p.1-90); Norman Roth (1994, p.41-71); Roger Collins (2004, p.117-143). Para a conquista e estabelecimento árabe do Estado Islâmico em geral, ver: Hugh Kennedy (2007); Hugh Kennedy (2004); Walter Kaegi (1992); Fred Donner (1981). Para a conquista no Mediterrâneo, ver Lewis (1965, p.54-97); Michel Terrasse (2001, p.15-91). Um panorama da história política de al-Andaluz é dado por Mahmoud Makki (1992, p.3-87).

<sup>27</sup> Para um resumo dos eventos da conquista muçulmana, na Gália, no século VIII, ver: Arkoun (2006, p.1-25); Sénac (1980, p. 15-35).



oficial e sancionados pela autoridade muçulmana (seja da província de *Ifriqiya* compreendendo a antiga Província Romana de África ou de al-Andaluz, a antiga região Romana de Hispania). Este foi o caso da expedição naval conduzida pelo almirante muçulmano norte africano Abdurrahman ibn Habīb al Fihrī contra a costa meridional da Gália (MICHEAU; SÉNAC, 2006; TALBI, 1966, p. 388). Devido à condição fragmentada e caótica do califado Omíada na época, o que não teria favorecido às políticas expansionistas, é bem provável que muitas destas expedições fossem motivadas pela aquisição de butins, mais do que por anexação territorial (SÉNAC, 1980, p.38)<sup>28</sup>.

Após a Revolução Abássida de 750, que encerrou o governo da dinastia Omíada de Damasco, Abdurrahman I, o único membro sobrevivente da família Omíada, fugiu para Espanha, onde ele fundou seu próprio reino em meio à guerra civil existente entre os muçulmanos<sup>29</sup>. Apesar de ter perdido Narbone, sua última possessão trans-Pirenaica, em 759, os Omíadas de Al-Andaluz estavam mais preocupados com a consolidação de seu governo na Península Ibérica do que em atacar o Mediterrâneo Ocidental ou invadir a França. Apesar da hostilidade quanto aos francos Carolíngios, há pouca evidência de alguma campanha militar maior, aparte uma breve tentativa para retomar Narbone, lançada pelos Omíadas contra a Gália no século VIII (entretanto, ataques em pequena escala, notadamente a incursão através dos Pirineus até a Septimania, em 793, tiveram continuidade, até a criação da *Marca Hispania* – Marca de Espanha – por Carlos Magno em 795)<sup>30</sup>.

Entre 752 e 798, houve um relativo declínio na atividade naval muçulmana no Mediterrâneo Ocidental, embora uma nova forma de ataque começasse a se desenvolver. Esta envolvia pequenos grupos de agressores, desorganizados e não oficiais, partindo do Leste da costa ibérica e atacando as embarcações francas e itálicas (DELGADO, 1993, p. 94; GUICHARD, 1987, p.84-86). Apenas cinco anos após o devastador saque viking do mosteiro de Lindisfarne, na Nortumbria, em 793, flotilhas andaluzes, no Mediterrâneo Ocidental, começaram seus ataques prolongados contra as ilhas Baleares, a Córsega, a Sardenha e as

---

<sup>28</sup> Ver também, Blankinship (1994).

<sup>29</sup> Para mais a respeito da deposição da dinastia Omíada e o estabelecimento do governo Abássida no Oriente Próximo, ver: Hugh Kennedy (1981); John Alden Williams (1985); Salih Said Agha (2003). Para o estabelecimento do poder Omíada na Península Ibérica, ver: Miguel Cruz Hernández (1998, p.51-85).

<sup>30</sup> Para uma discussão detalhada sobre os ataques muçulmanos, em França, durante o século VIII, ver: Arslan (1966, 30-179); Reinaud (1836, p.7-153). Um sumário detalhado das relações nos séculos VIII e IX é dado por Philippe Sénac (2002).

costas itálica e franca<sup>31</sup>. Estes ataques foram, em última instância, infrutíferos, devido, primeiramente, aos esforços de Carlos Magno, que reorganizou as defesas costeiras do reino carolíngio de Narbone a Roma<sup>32</sup>. A incorporação das ilhas Baleares ao império Carolíngio foi a estratégia defensiva central de Carlos Magno<sup>33</sup>. Esta anexação assegurou uma vantagem estratégica imensurável para os francos sobre os andaluzes e reduziu drasticamente sua capacidade operacional no Mediterrâneo Ocidental, mantendo-os estritamente confinados nas áreas costeiras de Valencia, Tortosa e Pechina-Almeria (HAYWOOD, 1991, p. 113). Durante estas aventuras, no início do século IX, havia pouca evidência referente a qualquer motivação ideológica significativa para os ataques que correspondesse à doutrina religiosa-militar de *jihād*. Além disso, tais expedições parecem ter servido como um meio para adquirir riquezas, em acréscimo à promoção de um escoamento de elementos hostis, árabes e berberes, da Península Ibérica, de modo a dirigir suas energias contra adversários exteriores, principalmente, cristãos.

Após 815, ataques marítimos andaluzes contra as Baleares e os interesses francos no Mediterrâneo diminuíram drasticamente. De fato, houve uma trégua geral nas atividades corsárias muçulmanas no Mediterrâneo Ocidental entre 815 e 838 (DELGADO, 1993, p.97). A razão para essa trégua foi não apenas a efetiva defesa naval carolíngia, mas também se relaciona com a situação política em al-Andaluz. Em 818, no sul do subúrbio de Córdoba de *Arrabal del Sur* (Ar. *al-Rabad*), uma rebelião eclodiu contra o governo do *amīr* Omíada de al-Andaluz, al-Hakam I (r. 796-822). Amplamente instigada pelos hispano-romanos e pelos visigodos muçulmanos convertidos que tinham se aliado com os *fuqahā* árabes andaluzes (juristas), esta revolta ameaçou submergir o reino Omíada em uma guerra civil (IMAMUDDIN, 1960, p.297; HITTI, 1956, p.512)<sup>34</sup>. Em resposta, al-Hakan suprimiu toda oposição, crucificando trezentos juristas de *Arrabal del Sur*, que foi queimado até os alicerces, e exilou 20 mil de seus habitantes (al-MARRĀKUSHĪ, 1983, p.75-77; HITTI, 1956, p.513; IMAMUDDIN, 1960, p.298-

<sup>31</sup> *Royal Frankish Annals*: s.a. 798, *Carolingian Chronicles*, In: Bernhard Walter Scholz (1970, p. 77); Picard (1997, p.10); Lewis (1951, p.103); Delgado (1993, p. 95); Haywood (1991, p.113).

<sup>32</sup> *Royal Frankish Annals*: s.a. 807; *Carolingian Chronicles*, In: Bernhard Walter Scholz (1970, p.86-87); Lewis (1951, p.103-104); Haywood (1991, p.113-115); Arslan (1966, p. 182-185); Guichard, (1987, p.86-89).

<sup>33</sup> *Royal Frankish Annals*: s.a. 813, *Carolingian Chronicles*, In: Bernhard Walter Scholz (1970, p. 104); Haywood (1991, p.114); Picard (1997, p.10).

<sup>34</sup> Para mais sobre o papel dos juristas em al-Andalus, ver Hussain Mones (1998, p.51-84); Khalil Athamina, (1992, p.153-178); Dominique Urvoy, (1992, p.849-877). Um insight sobre as tensões étnicas e teológicas em al-Andaluz é dado por Goran Larsson (2003); Thomas Glick (1979, p.165-190). Para uma discussão sobre a conversão ao Islã na Península Ibérica, ver Anwar G. Chejne, (1975, p.59- 86); Richard W. Bulliet (1992, p.35-50).

299; ABBADY e SALEM, 1981, p.67-74). Metade desses exilados, que incluía muitos artesãos, foi bem recebida pela dinastia Idrizida vizinha e assentada em Fez (IMAMUDDIN, 1960, p. 299; PLANHOL, 2000, p. 64). Os outros dez mil, incluindo muitos guerreiros, marujos e juristas, foram para a cidade portuária de Alexandria, no Leste, onde eles se estabeleceram sob a dependência de uma tribo beduína árabe local (IBN AL-ABBĀR, 1985, p. 4; ARSLAN, 1966, p. 185-187).

O êxodo em massa de Al-Andaluz enfraqueceu enormemente a vitalidade econômica do emirado Omíada, mas conduziu simultaneamente a um aumento da centralização do poder em Córdoba. Esta centralização impactou os corsários, que previamente tinham operando no Mediterrâneo Ocidental a partir de Valencia, Tortosa e outras cidades da Costa Oriental Ibérica, ameaçando sua autonomia (PICARD, 1997, p.17). Mais que fazer frente à repressão de al-Hakam, os marinheiros empreenderam uma migração geral rumo ao Leste. Alguns se uniram a seus irmãos em Alexandria, enquanto centenas de outros foram para a Tunísia, ajudar os Aglábidas na preparação para sua *jihād* (guerra santa) contra a Sicília (GUICHARD, 1897, p. 90-91; TALBI, 1966, p. 391-393; LEWIS, 1951, p. 133; ABBADY e SALEM, 1981, p.111-114). Este êxodo ajuda explicar por que houve uma relativa trégua nos ataques Andaluzes no Mediterrâneo Ocidental entre 818 e 838. A consolidação do poder de al-Hakam e seu impacto no Leste da Ibéria também explica a importante conexão entre as incursões autônomas iniciadas pelos guerreiros *ghāzi* e a autoridade islâmica centralizada.

Enquanto a atividade marítima muçulmana declinava no Ocidente Mediterrânico durante o segundo quarto do século IX, ela experimentou um surgimento no Mediterrâneo Oriental e Central após 827. Poucos anos após chegar em Alexandria, os exilados ibéricos se colocaram sob a liderança de um companheiro andaluz, Abu Hafs al-Balluti, se rebelaram contra seus *walīs* árabes (guardiões) e governaram a cidade por alguns anos (IBN AL-ABBĀR, 1985, p.45; TIBI, 1986, p.47; FAHMY, 1950, p.129-131; ABBADY e SALEM, 1981, p. 75-80). Em 825, o califa Abássida, em Bagdá, enviou um exército contra Alexandria, encerrando efetivamente o controle andaluz sobre a cidade e forçando-os a procurar refúgio em outro lugar (BURY, 1912, p.288; TIBI, 1986, p. 46; ABBADY e SALEM, 1981, p. 80-82). A ilha de Creta foi o destino ideal para os refugiados, pois já tinham ouvido sobre suas riquezas, conheciam sua localização estratégica vital e já a haviam atacado em várias ocasiões (BURY, 1912, p.288; FAHMY, 1950, p.130; TIBI, 1986, p. 46; TSOUGARAKIS, 1988, p. 36-37). Assim, em 826/827, os andaluzes aportaram na ilha, a conquistaram com pouca dificuldade e estabeleceram sua

capital em Chandax/*al-Khandaq* no norte, a qual dava acesso às ilhas do mar Egeu (GENESIOS, 1998 p. 39-40; TSOUGARAKIS, 1988, p. 40; TIBI, 1986, p. 46-48; VASILIEV, 1961, p. 278). De sua base em Chandax, os andaluzes atacaram o mar Egeu, devastado um número elevado de ilhas<sup>35</sup>. Sua vitória sobre uma frota Bizantina, em 829, permitiu a eles continuar livremente suas atividades no Egeu (BURY, 1912, p.289; FAHMY, 1950, p. 133-134; ABBADY e SALEM, 1981, p. 82-85). Além disso, os andaluzes de Creta empreenderam estabelecer bases no sul da Itália, notadamente em Brindisio e Tarento, de onde eles perseguiram embarcações bizantinas no mar Adriático e assediaram Ragusa/Dubrovnik, na costa da Dalmácia, em 868, e saquearam Veneza em 875 (PORPHYROGENITUS, 1967, p. 127-129; LEWIS, 1951, 137-138). Foi apenas com a conquista de Creta pelos bizantinos, em 961, que os ataques cessaram (BURY, 1912, p. 292; VRYONIS JR., 1967, p. 86-87)<sup>36</sup>.

Quanto ao estatuto político de Creta, de Abū Hafs e de seus sucessores, eram monarcas virtualmente independentes, mas podem ter encontrado disposição para reconhecer a autoridade do califa Abássida al-Ma'mun, que estava engajado em uma guerra com Bizâncio e reconhecia o valor estratégico da ilha (BURY, 1912, p. 292; TIBI, 1986, p. 47; ABBADY E SALEM, 1981, p. 83; TSOUGA-RAKIS, 1988, 75). Os andaluzes deixaram a infraestrutura intacta dos locais religiosos de Creta, permitindo à população nativa praticar sua fé. Porém, implementaram modelos islâmicos de taxaço, urbanizaço e administraço (DELGADO, 1993, p.225; CHRISTIDES, 1981, p. 98, 1984, p.104-117). *Jizya* (taxaço islâmico) foi imposta sobre as populaçoes conquistadas não-muçulmanas (conhecidas como *ahl al-dhimma* ou "povo protegido") de Creta e das ilhas do Egeu e eles asseguraram o suporte ativo dos Tulunidas do Egito (868-905), demonstrando um certo nível de aptidão administrativa e política (CHRISTIDES, 1984, p. 98)<sup>37</sup>. A vitalidade econômica e a autonomia política dos andaluzes em Creta são também evidentes pelo fato de que os cretenses cunhavam sua própria moeda e comercializavam produtos – como mel, óleo de oliva, madeira e armamentos – com al-Andaluz, o Egito e os vikings (CHRISTIDES, 1984, p. 114; DELGADO, 1993, p. 227-228)<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> Para uma discussão da natureza problemática das fontes para a cronologia dos ataques dos cretenses no mar Egeu, ver: E. W. Brooks (1913, p.431-443). Para um panorama detalhado dos ataques cretenses no mar Egeu, ver: Amin Tibi (1986, p. 49-50); Vassilios Christides (1981, p.76-111, 1984, p.157-165).

<sup>36</sup> Os ataques dos cretenses no Egeu são amplamente descritos por Kenneth Setton (1954, p.311-319).

<sup>37</sup> A respeito do panorama político-religioso dos Árabes, do tratamento dos não-Muçulmanos na sociedade islâmica, ver: R. Steven Humphreys (1991, p.255-283); John Tolan (2002, p. 21-39).

<sup>38</sup> Sobre a cunhagem na Creta Andaluz, ver George C. Miles (1970).

A ocupação de Creta e os ataques no Egeu aconteciam simultaneamente com a conquista Aglábida da Sicília. A conquista Aglábida da Sicília foi iniciada em 827 pelo almirante norte africano Asad ib al-Furāt, que, sob o comando do *amīr* Aglábida Ziyādat Al-lāh, lançou um assalto sobre a ilha com dez mil cavaleiros árabes pesados e milhares de unidades de infantaria (BURY, 1912, p. 298; ENAN, 1940, p. 79; FRANZIUS, 1967, p. 163). A conquista de Creta pelos muçulmanos andaluzes foi um grande golpe no poder naval Bizantino no Mediterrâneo e deu aos andaluzes o controle da maior rota marítima do Mediterrâneo Oriental para o Ocidente (LEWIS, 1951, p.132; UNGER, 1980, p.96; EICKHOFF, 1966, p.65-66; PRYOR, 1988, p.106). A habilidade bizantina para aliviar a Sicília da massiva investida Aglábida foi enormemente impedida pelos cretenses; a marinha imperial não tinha como auxiliar a ilha devido aos ataques andaluzes nos mares Egeu e da Lônia, que impunham limites aos recursos e ao pessoal bizantino (BURY, 1912, p. 301; UNGER, 1980, p. 96)<sup>39</sup>. Em contraste com os ataques marítimos empreendidos pelos andaluzes no Ocidente Mediterrânico, no mar Egeu e na península Itálica, a conquista Aglábida da Sicília foi uma expedição organizada e oficialmente sancionada, empreendida por um exército profissional.

O episódio particular de Creta Andaluz, através do qual *ghāzis* autônomos vieram a estabelecer sua autoridade em um território específico, a desenvolver um assentamento militar autossustentado por um período extenso de tempo e assegurar a legitimidade das autoridades islâmicas centrais, tem imenso valor para elucidar o caso de Fraxinetum. Embora a Creta Andaluz fosse primordialmente um Estado de Fronteira islâmico ou *ribāt*, sua capital, *Al-Khandaq*, prosperava economicamente e gradualmente se desenvolveu em um centro administrativo e erudito, atraindo juristas e encorajando estabelecimentos de todo mundo islâmico<sup>40</sup>. Como Creta, Fraxinetum parece ter sido um Estado de Fronteira islâmico, o qual foi o ponto focal para guerreiros *ghāzi* comprometidos com a condição da *jihād* contra os Francos. Entretanto ele tinha, igualmente, uma base econômica através do desenvolvimento da agricultura e da exploração dos recursos da madeira. Isso lhe permitiu se tornar um assentamento militar autossustentado. Como no caso de Creta, Fraxinetum gradualmente

---

<sup>39</sup> Sobre a logística e o financiamento do exército bizantino nos mares Egeu e Lônico, para uma discussão do impacto que a conquista andaluza de Creta teve em sua capacidade militar, ver: Warren Treadgold (1995, p.189 e 210).

<sup>40</sup> Muhammad Ibn Hawqal (1963, p.184); "Abu Hafs 'Umar al-Ballūti", In: *The Encyclopaedia of Islam*, p. 121; Tibi (1986, p.47-48); Christides (1984, p. 133-136); Ibn al-Abbar (1985, 1/p.45); Arslan (1966, p. 189); Brooks (1913, p. 442); Ibn al-Farādī(1988, 2/p.123 e 2/p.187); Delgado (1993, p. 226- 227).

adquiriu legitimidade como um Estado de Fronteira islâmico e alcançou um certo grau de reconhecimento dos Omíadas de al-Andaluz, que, de forma verossímil, podiam ter mais interesse na importância econômica de Fraxinetum do que em seus sucessos contra os francos.

Quando contrastadas com as campanhas oficiais, tais como a conquista da Sicília, a dicotômica entre campanhas centralmente organizadas e expedições autônomas lançadas pelos guerreiros *ghāzi* se torna especialmente evidente. Em adição à Creta, partes da Sicília, o Mar Egeu e a Península Itálica se tornaram suscetíveis aos ataques dos *ghāzi* muçulmanos andaluzes. Durante a guerra civil que devastou a Península Itálica, em meados do século IX, várias cidades itálicas contrataram mercenários árabes e berberes do norte da África, de Creta e da Península Ibérica (NITHARD, In: SCHOLZ, 1970, p. 173; BURY, 1912, p.312; FLETCHER, 1912, p.289; FRANZIUS, 1967, p. 193-195; KREUTZ, 1992, p. 19-27)<sup>41</sup>. No caos que se seguiu a esta prática, os muçulmanos foram capazes de se estabelecer no Monte Garigliano, no Norte de Gaeta, em Bari, na Costa da Apúlia e em Tarento<sup>42</sup>. Acima de tudo, os árabes, no sul da Itália, até foram capazes de atacar Roma em três ocasiões diferentes, saqueando a cidade em 846, atacando os arredores em 849 e saqueando novamente em 876 (ENAN, 1940, p.90-95; EICKHOFF, 1966, p.182-183; KREUTZ, 1992, p.26-27.)<sup>43</sup>. Não parecia que os ataques dos muçulmanos na Itália fossem regulados ou patrocinados por alguma autoridade muçulmana centralizada, mas, ao contrário, demonstravam a tendência do esforço de guerra autônomo *ghāzi* nos séculos IX e X. A relativa trégua que tinha existido no Mediterrâneo Ocidental, desde 818, terminou com o aumento dos ataques no Mediterrâneo Oriental e Central e na costa provençal durante o curso do século IX. Estas incursões culminaram no estabelecimento da base andaluz de Fraxinetum (BLOCH, 1961, p.5)<sup>44</sup>.

As expedições navais independentes dos muçulmanos andaluzes no Mediterrâneo Ocidental se intensificaram durante meados do século IX. A reaparição dos corsários

<sup>41</sup> Várias Cidades-Estados italianas, notadamente Amalfi, se aliaram com os árabes por razões meramente econômicas; ver: Armand O. Citarella (1967, p.299-312 e 1968, p.531-555).

<sup>42</sup> Sobre a situação política no Sul da Itália durante os séculos IX e X, ver Chris Wickham (1981, p. 47-92 e p.146-170).

<sup>43</sup> Por volta de 880, o Papa João VIII foi forçado a pagar um tributo (*jizya*) anual de 25,000 moedas de prata para os muçulmanos de Monte Garigliano, por um período de três anos. Ver: Fred Engreen (1945, p.328); Kreutz (1992, p.58). Isso é indicativo do fato que os muçulmanos no sul da Itália não eram mais piratas, mas guerreiros *ghāzi* que intentaram gradualmente subjugar partes da Itália à autoridade islâmica.

<sup>44</sup> *Os Anais de Saint Bertin*, s.a. 891, narra como os muçulmanos ocuparam o forte em Fraxinetum e o usaram para atacar a Itália: *In Italia Saraceni castrum quoddam Fraxenetum occupantes, magno exitio Italiae esse coeperunt.*

andaluzes em 838 na costa da Provença, quando eles saquearam Marselha, marca o início de uma nova fase dos ataques marítimos muçulmanos contra o sul da França<sup>45</sup>. Os *Anais de Saint Bertin* apresentam a mais evidente indicação de que os ataques muçulmanos contra a costa franca aumentou de meados do século IX em diante. Eles listam os ataques andaluzes à Marselha em 838 e 846, à Arles em 842 e 850, e à Itália em 849<sup>46</sup>. Os muçulmanos foram capazes até de estabelecer uma base semipermanente na boca do Rio Ródano, na ilha de Camarga, a qual eles utilizavam como um posto avançado (descrito como um *portum* pelos *Anais de Saint Bertin*) para atacar o vale do Ródano<sup>47</sup>. Por razões que permanecem pouco explícitas (mas possivelmente devido aos assédios de atacantes vikings em 860), os muçulmanos abandonaram sua base na Camarga, no final do século IX, e voltaram sua tenção para a costa franca oriental e a Provença<sup>48</sup>.

Havia três fatores principais que permitiram aos andaluzes se tornarem mais ativos no Mediterrâneo Ocidental entre meados do século IX e, aproximadamente, meados do século X. O declínio das defesas navais carolíngias, após a fragmentação e a descentralização do Império Carolíngio, no meio da guerra civil do século IX, foi o principal motivo pelo qual os andaluzes se mostraram capazes de se estabelecer em Fraxinetum<sup>49</sup>. Ataques marítimos muçulmanos, em 838, 842, 846, 850 e 869, contra as cidades provençais de Arles, Marselha e Fréjus, testemunham a relativa fraqueza das defesas navais carolíngias comparadas com sua capacidade no início do século IX, em cuja época elas foram hábeis em deter os corsários na costa (PICARD, 1997, p.11; HAYWOOD, 1991, p. 116). A consolidação do governo muçulmano nas ilhas Baleares, em 902, e o estabelecimento dos andaluzes em Fraxinetum assinalavam o efetivo declínio do poder naval franco no Mediterrâneo Ocidental (HAYWOOD, 1991, p. 116; LEWIS, 1951, p.146-147). Conseqüentemente, a chegada dos andaluzes na Provença é melhor entendida como o produto de um crescimento natural dos ataques, o que era facilitado pela fraqueza das defesas do Império Carolíngio no final do século IX, mais que uma política

---

<sup>45</sup> *Anais de Saint Bertin* (s.a. 838); De Rey (1878, p. 82); Lewis (1965, p. 146); Février (1989, p. 488); Sénac (1980, p. 38).

<sup>46</sup> *Anais de Saint Bertin* (s.a. 838, 842, 846, 849, e 850); De Rey (1878, p. 222-223). Os *Anais de Saint Bertin* descrevem os invasores muçulmanos de maneira diversa, como: *saracenorum piraticoe*, *maurorum piratae*, *mauri* e *saraceni*.

<sup>47</sup> *Anais de Saint Bertin* (s.a. 859); De Rey (1878, p. 224); Lewis (1965, p.146). Também há evidência de que os muçulmanos estabeleceram outra base semipermanente, rio acima, em Maguelone.

<sup>48</sup> *Anais de Saint Bertin* (s.a. 859); De Rey (1878, p. 224) explicam em detalhes a chegada e o subseqüente estabelecimento dos *piratae danorum* na ilha da Camarga; Lewis (1965, p.102).

<sup>49</sup> Para uma discussão do declínio do Império Carolíngio e sua conceptualização, ver: Paul Edward Dutton (1981, p.880-887).

abrangente para conquistar e colonizar território não muçulmano. Diante da oportunidade, parece que um grupo específico de *ghāzīs* muçulmanos andaluzes tomara a iniciativa de assegurar um posto avançado estratégico no sul da Provença e se estabeleceu em Fraxinetum.

A intensificação das atividades de atacantes muçulmanos no Mediterrâneo Ocidental deve também ser entendida dentro do contexto da situação sócio-política na Península Ibérica durante o século IX. Continuando as políticas de centralização de al-Hakam, o *amīr* Abdurrahman II tomou medidas para consolidar a autoridade Omíada na costa ibérica oriental; isso levou a um êxodo de marinheiros da Hispania para o sul da Francia, o que explica parcialmente por que havia, naquele lugar, evidência de bases muçulmanas remontando inicialmente a 850 (PICARD, 1997, p. 17). Entretanto, após a morte de Abdurrahman II, em meados do século IX, tensões em al-Andaluz foram reascendidas, de modo que a Península Ibérica experimentou outro período de *fitna* (guerra civil), suscitada principalmente pela crescente insatisfação com o governo árabe Omíada e o decréscimo das competências dos *amīrs* de al-Andaluz (PICARD, 1997, p. 12-14).

Esta situação caótica contribuiu para um estado geral de desordem em al-Andaluz e foi especialmente benéfica para as comunidades marítimas na costa oriental da Península Ibérica, em Valência, Pechina e Tortosa, permitindo a elas (re)afirmar sua autonomia (PICARD, 1997, p.13; AL-HIMYARI, 1937, p.38). Muitos dos habitantes destas cidades eram *muwalladūn* (descendentes de casamentos mistos entre ibéricos e árabes estabelecidos) bem como hispano-romanos/visigóticos convertidos ao Islã. Durante o reinado dos emires Omíadas Muhammad I (m. 886) e Abdullah I (m. 912), elas foram bem-sucedidas em criar entidades virtualmente autônomas que eram independentes da autoridade de Córdoba (PICARD, 1997, p.17). É provável que os marinheiros andaluzes que se estabeleceram em Fraxinetum fossem originários das comunidades marítimas destas cidades autônomas e, desse modo, agiam independentemente do controle Omíada (PICARD, 1997, p.17). Diante desses fatos, pode ser dito que um elemento importante na ressurgência de ataques marítimos muçulmanos no Mediterrâneo Ocidental foi a *fitna* em al-Andaluz entre meados e final do século IX, o que permitiu a *muwalladūn* e muçulmanos hispano-romanos estabelecerem sua autonomia através da costa oriental ibérica e possibilitou aos corsários andaluzes operar livremente<sup>50</sup>.

<sup>50</sup>Pechina-Almería foi especialmente importante nesse ponto, pois era o porto central de al-Andaluz e alguns dos marinheiros andaluzes de Fraxinetum e do resto do Mediterrâneo originavam-se igualmente de lá. Para um estudo detalhado das relações entre Almería e a empresa marítima andaluz, no Mediterrâneo, durante os séculos IX e X, ver José Angel Tapia Garrido (1986, p. 91-153).



Foi só tardiamente, no século X, durante o reinado de Abdurrahman III (r. 912-961), que os Omíadas submeteram o Leste da Península Ibérica sob seu controle e incorporaram gradualmente estas comunidades marítimas semiautônomas no quadro de uma autoridade centralizada de al-Andaluz e de sua crescente infraestrutura militar/naval (PICARD, 1997, p.19)<sup>51</sup>.

A ressurgência de ataques marítimos no Mediterrâneo Ocidental ocorreu simultaneamente ao estabelecimento de fortificações muçulmanas chaves na Península Itálica, nomeadamente Bari (847-871) e Monte Garigliano (882-915), e a consolidação do governo muçulmano sob Creta no Egeu, o qual se manifestou na ocupação de várias ilhas egeias importantes. Como Creta, Fraxinetum era, ao mesmo tempo, um posto avançado para a aquisição de madeira e uma base naval viável para os muçulmanos no Mediterrâneo. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de Fraxinetum deve ser entendido como uma manifestação da tendência, nos séculos IX e X, de expansão marítima muçulmana no Mediterrâneo, da qual Creta, Bari, Monte Garigliano, Tarento e Brindísio eram parte. Embora esta expansão fosse motivada e facilitada por vários fatores, incluindo oportunismo e desejo de riqueza, o declínio da autoridade centralizada no mundo islâmico e a disseminação da jurisprudência de *jihād* através do mundo muçulmano foram, talvez, mais cruciais no desenvolvimento que deu origem a este fenômeno do esforço de guerra dos *ghāzi* e facilitaram a criação desse Estados de Fronteira.

#### UM ESTADO DE FRONTEIRA NA PROVENÇA: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE FRAXINETUM

Tradicionalmente, o estabelecimento de *al-Khandaq*, em Creta, e *Jabal al-Qilāl*, em Provença, pelos muçulmanos andaluzes, tem sido reinterpretado como uma manifestação do fenômeno que alguns estudiosos têm chamado de “Pirataria Sarracena”. Embora estudiosos modernos ainda ocasionalmente apliquem esta definição, historiadores de Fraxinetum e Creta tendem a ser mais cautelosos sobre como eles definem o movimento que facilitou a chegada dos muçulmanos no Egeu e na Provença. Conseqüentemente, a historiografia do Mediterrâneo muçulmano na Alta Idade Média tem se ramificado em duas linhas de argumentação, com os estudiosos mais recentes desafiando a tradicional categorização de

---

<sup>51</sup> Ver também, Eduardo Manzano Moreno (1993, p.327-35); Mohamed Meouak (1993, p.361-392); Hassan Khalilieh (1998, p.9). Sobre a restauração da autoridade centralizada em al-Andaluz, ver: Pierre Guichard (1995, p.64-93); E. Levi-Provençal (1932). Uma discussão sobre a Espanha sob o governo de Abdurrahman III é dada por Joaquin Vallve (2003).

bases muçulmanas no Mediterrâneo como “ninhos de piratas”. O debate se concentra em definir a exata natureza da expansão marítima muçulmana e se desdobra em caracterizar este fenômeno simultaneamente como parte da tendência de “pirataria” e como componente de um contexto mais extenso e mais complexo da *jihād* (guerra santa). No caso de Creta, os historiadores alcançaram um difícil consenso de que esta era, de fato, uma região de fronteira muçulmana estabelecida pelos andaluzes e, conseqüentemente, enfatizaram que as atividades dos muçulmanos constituíam *jihād* (vários eruditos, contudo, ainda definem suas atividades como “pirataria”). Inversamente, no caso de Fraxinetum, alguns historiadores têm persistido em classificar o assentamento andaluz como uma “base pirata”, interpretando as atividades dos muçulmanos estritamente dentro do contexto da “pirataria” muçulmana. A questão se Fraxinetum foi um “ninho de corsários” ou um Estado de Fronteira islâmico, amplamente se centra na interpretação de uma documentação primária. Este binômio pirataria/*jihād* sugere uma falsa dicotomia – que os muçulmanos de Fraxinetum fossem ou guerreiros religiosos endurecidos ou oportunistas que seguiam interesses próprios. Nenhuma das descrições contextualiza adequadamente os motivos dos muçulmanos de Fraxinetum, que parecem ter sido impulsionados por um sentido religioso de missão; todavia também acharam prudente se engajar em atividades de trocas, envolvendo saques e comércio, o que não interferia em sua devoção à *jihād*. A conceitualização de Fraxinetum como um Estado de Fronteira islâmico, neste artigo, não significa reforçar o binômio pirataria/*jihād*, mas procura integrar um entendimento da presença muçulmana na Provença no interior do contexto mais amplo dos Estados de Fronteira islâmicos e dos esforços militares dos *ghāzī* no século X.

Estudiosos da expansão marítima muçumana da Alta Idade Média distinguiram entre campanhas organizadas, centralmente planejadas, tais como a conquista da Sicília pelos Aglábidas e as aventuras independentes, sem filiação, tais como o estabelecimento dos andaluzes em Creta. Esta distinção tem formado o campo para o debate sobre as ações de marinheiros autônomos no Mediterrâneo: se constituíam pirataria ou correspondiam à *jihād*. Enquanto a natureza oficial da conquista da Sicília pelos Aglábidas contrasta notavelmente com a aparentemente desorganizada e espontânea tomada de Creta, é mesmo evidente que o fator geral de motivação por trás de ambos os tipos de expedições fosse inteiramente diferente. O uso da palavra “oficial”, neste contexto, é potencialmente problemático e necessita ser explicado.

“Oficial” denota o endosso, a participação, a legitimidade e a ajuda garantidas pela dinastia muçulmana dominante (os Aglábidas, os Abássidas, os Omíadas, os Tulunidas e os Fatímidas) para as flotilhas independentes operantes no Mediterrâneo. Teologicamente, historicamente e politicamente, a autoridade para declarar *jihād* permanecia com o *amīr* ou *khalīfa*, que promoviam e até participava em tais expedições, o que era significativo para a legitimidade do governante islâmico, dado que a *jihād* era vista como uma obrigação (TOR, 2005, p. 556). Testemunha esta correlação entre *jihād* e autoridade política centralizada o reinado do califa Abássida Harūn al-Rashīd (r.786-809), durante o qual a primeira era empregada a serviço do último (BONNER, 1996, p. 101; KAEGI, 2008, p.390). Além disso, tais chamadas “oficiais” para a *jihād* eram lançadas de cidades costeiras/fronteiriças, conhecidas como *ribāts*, que eram comumente estabelecidas, guarnecidas e apoiadas por tropas das maiores dinastias muçulmanas. Enquanto várias campanhas eram conhecidas tendo sido oficialmente lançadas e designadas como “*jihād*” por uma autoridade islâmica centralizada, como foi o caso com a conquista da Sicília, em 827, e as campanhas dos Abássidas contra Bizâncio, no início do século IX, é altamente duvidoso se outras expedições, tais como a invasão de Creta ou o estabelecimento de Fraxinetum, fossem consideradas como tal, uma vez que elas não foram iniciadas por alguma dinastia maior.

Contudo, por essas campanhas/incursões serem também conduzidas contra território não-muçulmano, elas podiam ser consideradas *jihād* de acordo com a jurisprudência muçulmana do século X. De fato, durante o período em questão – os séculos IX e X – juristas islâmicos e eruditos, especialmente estes das escolas de pensamento Mālikī e Hanafī, começaram a codificar o que se tornou conhecido como doutrina de *jihād* – variantes terrestres (*jihād al-bar*) e marítimas (*jihād al-bahr*) – definindo, legalmente e teologicamente, pela primeira vez, uma ideologia de guerra distintamente “islâmica”, baseada amplamente no Corão e no *hadīth*<sup>52</sup>. Esta origem da jurisprudência de *jihād* estava intimamente relacionada com o declínio da autoridade central, a origem do *thughūr* e a crescente necessidade de legitimar a guerra de fronteira e encontrar e mobilizar muçulmanos para participar em tais atividades. Nem a origem da *jihād*, nem a guerra de fronteira eram restritas a qualquer localização

---

<sup>52</sup>Abd Allāh ibn al-Mubārak (1978); Mālik ibn Anas (2003, vol.3, p.7-59); Muhammad al-Tabarī (2007, p. 59-377); ‘Abd al-Razzāq al- San‘ānī (2015, vol. 4, p.479-574); Muhammad ibn Abī Zayd al-Qayrawānī (1994); Ahmad ibn Abī ‘Āsim (1989). Ver também Michael Bonner (1992, p.5-31 e 2006); David B. Cook (2005, p.5-48); Reuven Firestone (1999); Khalid Yahya Blankinship (1994, p.11-15); Richard Bonney (2004, p.21-90); Alfred Morabia (1993); Rudolph Peters (2005, p.1-41).

geográfica durante este período. Também foram uma tendência característica de regiões no mundo islâmico tão longínquas e apartadas como Khurasân, Turkestân e norte da Península Ibérica.

Como Deborah Tor (2005, p.558) demonstrou, no final do século VIII e início do IX, um novo fenômeno tomou forma, nomeadamente este de “*jihād* particular”. Este envolvia a transferência da liderança religiosa da *jihād* do califa para os *mutatawwi’a* ou *ghāzīs*, guerreiros voluntários da fé e, conseqüentemente, a transformação da *jihād* de “campanhas de Estado centralmente dirigidas, para ataques independentes em menor escala e não controlados pelo governo” (TOR, 2005, p. 558). Embora faltando qualquer endosso ou legitimidade dinástica, vinda diretamente do califa, estas campanhas foram vistas por seus participantes e outros observadores no mundo islâmico como um exercício de dever religioso de *jihād*. Considerava-se que o objetivo não fosse meramente saquear ou atacar, mas estender o governo islâmico no *dār al-harb* e estabelecer postos avançados, *ribāts*, guarnecidos por guerreiros *ghāzī* como proposta de conclusão (TOR, 2005, p.556-572). É neste último sentido que a conquista de Creta pelos andaluzes e o estabelecimento de Fraxinetum diferem da *jihād* mais organizada lançada pelas dinásticas muçulmanas, como os Abássidas ou os Aglábidas. Conseqüentemente, a base, a partir da qual esta *jihād* era organizada e lançada, seria considerada como um *ribāt/thaghr* e um Estado de Fronteira islâmico (BRAUER, 1995, p.14).

Geralmente, os estudiosos têm associado expedições e conquistas navais não oficiais (não promovidas pelo Estado) com “pirataria”. Contudo, esta é uma inadequada representação de uma tendência mais complexa, pois não leva em consideração a ideia de *jihād* descrita acima ou o papel histórico do *ghāzī* na história militar islâmica; esta visão também ignora as decisões tomadas por certas dinastias muçulmanas para, ativamente ou passivamente, endossar tais expedições. Mais recentemente, eruditos tentaram descrever os agressores marítimos muçulmanos no Mediterrâneo como *ghāzīs*, ao mesmo tempo, igualando a ofensiva pelos mares com uma forma de *jihād* marítima<sup>53</sup>. Como estágio inicial, a criação da Marca de Espanha, em 795, enormemente reduziu as expectativas dos muçulmanos de estenderem suas conquistas para além dos Pireneus e os induziu a direcionar

---

<sup>53</sup> Ver Archibald Lewis, Timothy Runyan (1985), aqui, os *ghāzīs* que realizavam ataques marítimos de Fraxinetum, Creta e Bari não são apenas contrastados com os exércitos e frotas oficiais islâmicas, mas também comparados aos mais familiares *ghāzīs* assentados na Anatólia e na Ibéria, que se engajavam em ataques nos territórios de fronteira.

sua atenção para as atividades marítimas. Embora haja evidência de incursões terrestres na Aquitânia e na Septimania mais tardias, como em 932, quando o exército Omíada andaluz saqueou Toulouse, campanhas em terra contra os francos, a partir de al-Andaluz, eram muito raras. A base muçulmana em Fraxinetum, contudo, proporcionou um posto avançado para os andaluzes, da qual eles podiam continuar sua *jihād* contra os francos. Logo, o fato de que os ataques dos muçulmanos de Fraxinetum fossem movidos amplamente (se não exclusivamente) contra embarcações não-muçulmanas, no Mediterrâneo Ocidental, e alvos não-muçulmanos na Provença e no Piedmont (mosteiros, vilarejos, etc.) sugere que é mais apropriado falar de suas atividades/ataques como *jihād* oposta a banditismo<sup>54</sup>. Este argumento, em favor de uma visão dos muçulmanos de Fraxinetum como *ghāzīs*, é apoiado pela caracterização que Ibn Hawqal faz deles como *mujāhidīn* e pela ênfase de al-Istakhrī em seu conflito com os Francos, aludindo a seu engajamento na guerra santa, embora seja admissível que esta possa ser uma projeção tardia de uma perspectiva islâmica do Leste sobre Fraxinetum (MUHAMMAD IBN HAWQAL, 1963, p.185; AL-ISTAKHRI, 1961, p. 51). A tendência de vários historiadores a descrever as atividades dos Muçulmanos de Fraxinetum como pirataria ou banditismo é amplamente um produto de sua leitura pouco crítica das fontes primárias, a qual tem levado à reprodução de alguns argumentos dos autores latinos medievais nos estudos modernos.

A imagem apresentada pelos cronistas latinos é essencialmente das pilhagens dos atacantes muçulmanos no espaço provençal. Eles tenderam a pintar negativamente os muçulmanos devido às devastações que acompanhavam seus ataques e a sua oposição aos andaluzes nos campos teológico e político. É evidente que, excetuando esta experiência dos ataques em primeira mão, os cronistas eclesiásticos, de quem muitas informações quanto à Fraxinetum têm alcançado os historiadores modernos, tinham pouco ou nenhum contato com os muçulmanos em seu próprio ambiente e faziam apenas uma ideia vaga de suas atividades. Consequentemente, o resultado natural do maior peso dado pelos estudiosos às fontes latinas, as quais são mais abundantes e acessíveis, é que a representação dos muçulmanos de Provença, pelos cronistas Francos, se tornou mais influente e gradualmente mais aceitável no

---

<sup>54</sup> Mosteiros também foram atacados pela riqueza que continham, sugerido uma motivação mista para os ataques, mais do que somente um desdém dos jihadistas pela Cristandade. Os ataques a mosteiros não eram uma prática nova e foram realizados pelos magiares, os vikings e mesmo por alguns senhores francos. Há indicações que os carolíngios Lotário I e Carlos o Calvo eram condescendentes com essa prática: Simon Coupland (1991, p. 543).

discurso erudito sobre Fraxinetum. Em outras palavras, a imagem apresentada por Ekkehard de Saint Gall, Liutprand de Cremona e a Crônica de Novalesa – esta da pilhagem sobre a Provença, Piedmont e os Alpes e dos saques erráticos contra os mosteiros por atacantes andaluzes – se tornou a descrição dominante dos muçulmanos de Fraxinetum. Como um resultado da frequência de tais relatos, alguns historiadores discutem Fraxinetum somente em termos de pirataria e de ataques destrutivos, mais que questionar a veracidade dos relatos ou conceitualizar Fraxinetum por outros meios que o de uma base piratas. Alguns estudiosos têm mesmo se referido à tenaz persistência desta imagem como a “legenda negativa” (SÉNAC, 1982, p.51)<sup>55</sup>.

As referências latinas iniciais a marinheiros muçulmanos independentes da Península Ibérica aparecem nos *Anais Reais Francos*, nos *Anais de Fulda*, e na *Vita Karoli Magni* de Einhard, as quais discutem as atividades dos andaluzes contra as costas franca e italiana durante o final do século VIII e início do IX. Para os anos 798 e 799, os *Anais Reais Francos* descrevem como “os Mouros e Sarracenos” pilharam as ilhas Baleares, no que os *Anais* delineiam como *praedonum incursione*, que pode ser traduzido como “pirataria”, enquanto os *Anais de Fulda* se referem a *mauri piratae* e *mauris praedatum* nos anos de 798 e 808 respectivamente (*Royal Frankish Annals: s.a. 798 e 799, Carolingian Chronicles*, In: Bernhard Walter Scholz, 1970, p. 76-78). De forma similar, em sua *Vita Karoli Magni*, Einhard explica como as costas franca e italiana, de Narbone a Roma, foram fortificadas por Carlos Magno devido ao fato que eram constantemente destruídas pelos *mauros piracticam* (EINHARD, *Vita Karoli Magni*, 17, In: DUTTON, 1998, p.27). Estas referências evidentemente mostram que as ações dos marinheiros muçulmanos, na parte inicial do século IX, eram caracterizadas como pirataria pelos cronistas latinos.

Cronistas latinos contemporâneos citaram a ressurgência dos ataques marítimos muçulmanos contra a costa franca, em meados do século IX, como uma continuação do período inicial de “pirataria”. Os *Anais de Saint Bertin*, por exemplo, narram o saque a Marselha, em 838, daqueles *saracenorum piratae* e descrevem o ataque árabe sobre Arles, em 842, como *maurorum piratae*<sup>56</sup>. Quando discute os ataques de muçulmanos andaluzes

---

<sup>55</sup> SÉNAC também discute que esta “legenda negativa”, que descreve Árabes/muçulmanos como bárbaros incapazes de seguir caminhos civilizados, era perpetuada pelos autores orientalistas do século XIX, com o objetivo de justificar a ocupação colonial da Argélia pela França e continua a influenciar os estudos modernos sobre Fraxinetum. Ver Philippe SÉNAC (2006 e 1982, p. 70).

<sup>56</sup> *Anais de Saint Bertin*, s.a. 838, 842, De Rey (1818, p. 222-223).

sobre a costa Provença, o autor da *Vida de Beuve de Noyers* menciona *paganorum piratarum* e descreve como “os ibéricos devastaram a Provença” (*Hispanicolae devastant Provinciam*) (POLY, 1976, p. 7). Nas descrições das atividades dos muçulmanos pelos cronistas latinos, uma ênfase significativa é colocada no aspecto devastador (*maurorum devastant, mauri irruenes*), destrutivo (*destruendos sarracenos, paganorum destructum, depopulantes terram*) e mortal (*paganorum adnihilatam, saraceni trucidatur, callidus exactor*) de suas incursões<sup>57</sup>. O caminho pelo qual os muçulmanos e seus ataques foram descritos pelos cronistas francos de meados do século IX em diante é mais detalhado e elaborado que a sua descrição na parte inicial do século pelos *Anais Reais Francos* e por Einhard. Em acréscimo, para manter a continuidade da etiqueta que deram aos muçulmanos que ocuparam Fraxinetum no final do século IX (*Saracen Pirates*), os cronistas descreveram seus ataques como sendo mais devastadores que as incursões anteriores<sup>58</sup>.

Os cronistas latinos não apenas descreveram os muçulmanos e suas atividades dentro do contexto da pirataria, mas também apresentaram suas incursões em termos similares aos ataques dos escandinavos (*piratae danorum*) dos magiares (*ungariorum gens, hungari*), que simultaneamente atormentaram a Europa Ocidental nos séculos IX e X (DUNBABIN, 1985, p. 37-43). A maior fonte de informação sobre o estabelecimento de Fraxinetum e a história política dos muçulmanos de lá é Liutprand, o bispo de Cremona, que escreveu em meados do século X. Liutprand e alguns outros cronistas latinos pintavam os muçulmanos de Fraxinetum como “piratas” infiéis, que estavam ameaçando o coração da Cristandade, que atacavam, profanavam e queimavam igrejas e mosteiros.

Durante os séculos IX e X, as áreas que compreendiam a França moderna, Suíça, Itália e Alemanha estavam sendo assaltadas por três grupos principais: os vikings, os magiares e os muçulmanos. Como a principal ameaça à Cristandade latina, eles eram apresentados quase monoliticamente como hordas de invasores bárbaros, destruindo a Europa Ocidental de três direções distintas<sup>59</sup>. Mais especificamente, as invasões dos vikings e dos muçulmanos eram representadas como manifestações da ira divina contra a evidente impiedade do reino

---

<sup>57</sup> *Anais de Saint Bertin*, s.a. 838, 842, 849, 850, e 859, De Rey (1818, p. 222-224); Saint Martin de Apt, 896, De Rey (1818, p. 111); *Anais de Saint Victor de Marseille*, capítulo 44, De Rey (1818, p. 132); Flodoardo de Reims, ano 923, De Rey (1818, p. 230); MGH, *Capitularia Regum Francorum*, 2.376-377.

<sup>58</sup> LIUTPRAND DE CREMONA, *Antapodosis*, In: SQUATRITI, 2007, p. 45-46; *Anais de Saint Bertin*, s.a. 891, De Rey (1818, p. 224).

<sup>59</sup> Para uma conceitualização de “bárbaro” na imaginação latino-cristã, ver: W.R. Jones (1971, p.376-407).

franco<sup>60</sup>. A sensibilidade dos cronistas latinos às destruições vikings e muçulmanas de mosteiros é especialmente evidente e parece informar sua perspectiva teológica sobre as invasões, desde que eles viam tais ataques não apenas como manifestações do descontentamento divino, mas também como reflexo do desdém “pagão” pela Cristandade<sup>61</sup>. Reconhecendo que os cronistas latinos descreviam vikings e muçulmanos em termos idênticos, como instrumentos de Deus para castigar a descrença dos cristãos pelos seus pecados, se torna menos complexo por que os muçulmanos de Fraxinetum foram descritos como invasores sem face. A caracterização de seus ataques, nos *Anais de Saint-Victor* de Marselha, como o bastão divino de castigo contra os cristãos (*Deus flagellare vellet populum christianum per seviciam paganorum, gens barbaric in regno Provence irruenes*), e a lamentação de Alcuíno de York quanto às devastações vikings em Nortúmbria, utilizavam as palavras de um profeta do Velho Testamento (*Uae genti peccatrici, populo graui iniquitate, filiis sceleratis; derelinquunt Deum et blasphemauerunt sanctum saluatorem mundi in sceleribus suis; Isa. 1.4*). Elas são demonstrativas do fato que os ataques muçulmanos em Provença eram vistos sob o mesmo prisma que as depredações dos vikings no Norte, ou seja, como punição para os pecados da Cristandade (POLY, 1976, p. 9; GARRISON, 2002, p.80; COUPLAND, 1991, p. 538-541)<sup>62</sup>.

Este quadro teológico de interpretação é particularmente evidente no trabalho de Liutprand, que interpretava as invasões contemporâneas de magiares e muçulmanos como manifestações da represália divina ao pecado cristão. Liutprand acreditava que o julgamento e a vontade de Deus permeavam toda a vida e, acima de tudo, enfatizava a justiça Divina, por

---

<sup>60</sup> Sobre a teologia das invasões vikings na Cristandade Latina, ver: Mary Garrison (2002, p.68-84); Coupland (1991, p. 535-554), no qual é esboçado um paralelo entre as visões que os Cristão Latinos tinham das invasões vikings e dos ataques muçulmanos na Europa Ocidental. Durante o período inicial da conquista árabe no século VII, muçulmanos também eram apresentados por vários cronistas cristãos orientais como o “bastão” de Deus para castigar o regime opressor dos gregos de Bizâncio. Ver: Walter Emil Kaegi, Jr. (1969, p.139-149). Ver também: *Seeing Islam as Others Saw It: A Survey and Evaluation of Christian, Jewish, and Zoroastrian Writings on Early Islam*, Robert Hoyland (ed.) (1997, p. 53-231, p. 387-434 e p. 523-541).

<sup>61</sup> Ataques contra mosteiros eram motivados amplamente por considerações econômicas (COUPLAND, 1991, p.541-544), ver também: Niels Lund (1989, p. 46-47).

<sup>62</sup> *Deus flagellare vellet populum christianum per seviciam paganorum, gens barbaric in regno Provence irruenes*; aproximadamente “Deus desejou flagelar o povo cristão pela crueldade dos pagãos, gentes bárbaras que irrompem no reino da Provença”; *Uae genti peccatrici, populo graui iniquitate, filiis sceleratis; derelinquerunt Deum et blasphemauerunt sanctum saluatorem mundi in sceleribus suis*; “Eis a nação pecadora, um povo de grave iniquidade, filhos celerados que abandonaram Deus e blasfemaram o santo salvador do mundo em sua celeridade”. Pelo que sei, nenhuma análise comparativa abrangente foi publicada sobre as invasões vikings e os ataques marítimos muçulmanos no século IX, salvo uma comparação entre a conceitualização teológica de árabes e escandinavos pelos cronistas latinos contemporâneos.



meio da qual os pecados seriam inevitavelmente punidos e a piedade recompensada. Como tal, ele começou sua *Antapodosis* atribuindo a chegada dos muçulmanos ibéricos, que se estabeleciam em Fraxinetum, “ao justo julgamento de Deus” (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 45). Liutprand, novamente, asseverava que os pecados dos cristãos provençais, que estavam empenhados em guerras intestinas e entravam em alianças com os “infiéis”, seriam punidos pelos muçulmanos, que eram capazes de “destruir, exterminar e não poupar ninguém” (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 46-47). Este imaginário bíblico era suplementado pela citação de Liutprand do livro de Deuteronômio quando se referia aos muçulmanos de Fraxinetum: “Um deles perseguia mil e dois acoassavam dez mil... pois seu Deus os tinha entregue e o Senhor os tinha abandonado” (Deut. 32.30) (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 45-46). Tal linguagem pode também ser observada na discussão de Liutprand quanto a ameaça magiar contra a Cristandade latina, sendo o reflexo do quadro bíblico-teológico de análise que ele empregava.

Em adição ao emprego deste panorama bíblico, a representação dos muçulmanos pelas fontes latinas, como cruéis agressores, necessita ser entendida dentro do contexto das incursões simultâneas dos vikings e dos ataques magiares, os quais fizeram os cristãos francos se sentirem particularmente vulneráveis aos ataques externos. Acima de tudo, a caracterização de vikings, magiares e muçulmanos, como instrumentos da retaliação divina, mostra que os cronistas latinos viam os atacantes na condição de uma ameaça militar que eventualmente sessaria, mais do que como rivais ideológicos ou religiosos<sup>63</sup>. Contextualizar a invasão muçulmana, por este caminho, proporciona uma nítida indicação do porquê dos cronistas latinos cristãos se preocuparem mais com o destaque na devastação associada aos ataques, interpretados como retaliação divina para os pecados da cristandade, do que com tentar identificar e descrever, com precisão, os muçulmanos de Fraxinetum. Logo, enquanto eles são informativos e descritivos a respeito dos ataques andaluzes na Provença, os documentos latinos são pouco úteis para a descrição dos próprios muçulmanos ou de sua base em Fraxinetum.

---

<sup>63</sup> Na Península Ibérica, por outro lado, os muçulmanos foram primeiramente descritos pelos cronistas cristãos como uma ameaça militar e política, mas logo foram reconhecidos, especialmente pelos cronistas eclesiásticos, como uma ameaça teológica também. Ver: Kenneth Baxter Wolf (1996, p.85-108 e 1990, p. 28-60 e p.111-117); Norman Daniel (1994, p.365-384); Jessica Coope (1995). Sobre a visão Anglo-Saxã do Islã na Alta Idade Média, ver Katharine Scarfe Beckett (2003).

Mais do que desconsiderar totalmente as fontes cristãs, contudo, é importante distinguir entre o valor polêmico e o valor histórico delas, o que pode proporcionar importantes considerações para o estabelecimento muçulmano na Provença. Embora todos os documentos latinos advirtam que os muçulmanos tiveram um impacto negativo na Provença e que sua base em Fraxinetum apenas exacerbou o tumulto geral já existente, eles diferem em descrever a natureza do assentamento muçulmano lá. A *Crônica de Novalesa*, por exemplo, descreveu Fraxinetum como “um lugar na costa próxima de Arles”, Liutprand de Cremona se referiu a “um vilarejo entre Itália e Provença”, O *Casus Sancti Galli* de Ekkehard se referiu a um “vale” e outro contemporâneo do autor, Sigeberto de Gembloux, o chamava de “castelo” (EKKEHARD, 1980, p. 138; LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 45; POUPARDIN, 1908, p. 252 e 254). Como tal, a fortaleza era caracterizada das mais diversas formas como um *castrum* (posto avançado fortificado), uma *villa* (exploração agrícola) e um *oppidum* (cidade) (LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 45; POUPARDIN, 1908, p. 254). Cada um destes termos divergentes carrega um significado completamente diferente; dependendo se Fraxinetum é interpretado como sendo um *castrum* ou um *oppidum*, as implicações são profundas para a questão se era um posto avançado para ataques ou uma entidade cívica na fronteira entre o mundo islâmico e a cristandade. Outro cronista latino anônimo descreve como alguns muçulmanos tinham se assentado e estavam vivendo desarmados entre a população provençal local, nas vizinhanças de Fraxinetum, um fato que é enormemente relevante sobre a natureza do assentamento muçulmano na região e suscita questões sobre em que grau eles estavam integrados com a população local (WENNER, 1980, p.71).

Um entendimento mais acurado da natureza do assentamento muçulmano em Fraxinetum pode ser apreendido pela consideração do relato contemporâneo das fontes árabes. Diferente das fontes latinas, a representação de Fraxinetum, nas fontes muçulmanas, é mais simpática. Muitas informações de uma perceptiva muçulmana veem dos trabalhos geográficos árabes. Infelizmente, há apenas três fontes árabes contemporâneas sobreviventes que fazem menção à Fraxinetum e, diferente das fontes latinas detalhadas, elas fornecem poucas informações a seu respeito. As duas principais fontes são o *Kitāb al-Masālik wa al-Mamālik* de Al-Istakhrī e o *Surat a-Ard* de Ibn Hawqal. Al-Istakhrī, que estava escrevendo durante meados do século X, descreve *Jabal al-Qilāl* (Fraxinetum) como um lugar montanhoso, que os muçulmanos habitavam e desenvolviam para desalento dos francos, com alguns cursos de água e rios, e explicou que levava dois dias para atravessá-lo a pé (AL-

ISTAKHRĪ, 1961, p. 51 ; FEVRIER, 1989, p.489; SÉNAC, 1982, p.17). Istakhrī também notava que a região circundante de Fraxinetum era uma área até então negligenciada e que a chegada dos muçulmanos e seus subsequentes assentamentos levaram a sua prosperidade. Além disso, ele advertia que os muçulmanos estavam em constante conflito com os francos da região e enfatizava a importância estratégica da base.

Ibn Hawqal, tendo como base o escrito de al-Istakhrī, descreveu Fraxinetum como a principal fortificação dos *mujāhidīn* (guerreiros santificados) que foram vitoriosos na terra dos francos e observou que possuía uma agricultura muito produtiva devido ao solo bem fértil, à imensidão das terras e às correntes de água que fluíam lá (MUHAMMAD IBN HAWQAL, 1963, p.185). Ele ecoava Istakhrī por afirmar que foi a chegada dos muçulmanos que provocou o florescimento da região (MUHAMMAD IBN HAWQAL, 1963, p.185). Ele, novamente, explicava que os muçulmanos fortificaram a montanha acima do assentamento, construindo uma fortaleza, que era acessível apenas por um caminho estreito, salientando ainda mais sua importância estratégica (MUHAMMAD IBN HAWQAL, 1963, p.185). Parece que Ibn Hawqal via Fraxinetum primordialmente como um assentamento agrícola viável, habitado por guerreiros de fronteira, cuja característica militar era necessária pelo ambiente hostil e pelas demandas de segurança, para não falar de sua *raison d'être* em Provence: *jihād*. A descrição dele, similar a de Istakhrī, corresponde de forma muito próxima ao que os estudiosos modernos entendem de um Estado Islâmico medieval de fronteira/*ribāt*, e permite aos estudiosos esboçar comparações com os Estados de Fronteira localizados nas regiões limítrofes entre os Abássidas e Bizâncio na Anatólia, no Oriente Próximo, ou mesmo mais tardiamente, os emirados turcos *ghāzi* nas fronteiras dos impérios Bizantino e Sérvio no século XIV<sup>64</sup>. Como os documentos latinos, as fontes árabicas necessitam ser lidas com cautela. A descrição de Fraxinetum e de seus habitantes como guerreiros santificados engajados na *jihād* deve ser a projeção de uma distinta visão de mundo do Islã Oriental sobre o Mediterrâneo Ocidental, com Ibn Hawqal e al-Istakhrī procurando delinear paralelos entre as atividades dos muçulmanos andaluzes e os *ghāzīs* da Anatólia Oriental. Consequentemente, embora a evidência desses dois autores deva ser levada em consideração quando avaliam Fraxinetum, ela deve ser utilizada criticamente e em conjunto com outras fontes.

---

<sup>64</sup> Ver John Haldon e Hugh Kennedy (2006, p.79-116); Michael Bonner (1996; 1994, p.17-24 e 1992, p.5-31).

Outro trabalho geográfico do século X, *Hudūd al-'Alām*, escrito por um viajante persa anônimo, e datado de 982, descrevia Fraxinetum como uma montanha inabitável no mar Mediterrâneo, que estava bem próxima da Península Itálica. O autor do *Hudūd al-'Alām* também acrescentava que “[a] oeste de *Jabal al-Qilāl* está uma montanha, cujo cume é tão elevado que não pode ser alcançado e, [desta região] veem caça, madeira e óleo”, uma rara indicação da importância econômica da região da Provença que os muçulmanos ocupavam (MINORSKY, 1970, p. 59; MIQUEL, 1967, p. 379). Esta fonte é notável por sua falta de referência a qualquer atividade militar, muito menos à *jihād*, e, lida em separado, sugere que Fraxinetum era primordialmente um assentamento agrícola, no qual os recursos da madeira eram também explorados. Logo, se apresentam problemas para o historiador, pois parece contradizer a ideia de que Fraxinetum fosse, a princípio, um Estado de Fronteira islâmico. Há várias razões possíveis por que o autor de *Hudūd al-'Alām* excluiu de sua narrativa uma discussão da natureza militar e política de Fraxinetum; a explicação mais plausível é que se tratava de uma fonte que se ocupava principalmente dos aspectos geográficos e econômicos do mundo islâmico e não das dimensões sociais e políticas das regiões descritas. A tradição textual das fontes árabes e persas também parece enfatizar, de formas diversas, a vitalidade econômica de Fraxinetum e considerar como seguro o fato de que o estabelecimento muçulmano em Provença fosse uma parte integral de *dār al-Islām*, como oposto a um grupo deslocado de bandidos oportunista operando em Francia. Apesar da brevidade dessas três fontes geográficas, duas das quais foram escritas em persa e uma em árabe, elas são extremamente úteis em descrever a natureza da presença muçulmana em Provença. Devido à escassez de fontes árabes, tem sido mais difícil conceitualizar Fraxinetum em termos de um centro cultural ou econômico – como estudos recentes têm demonstrado para a Creta e Andaluz. Entretanto, as evidências arqueológicas e etnográficas mostram que a presença muçulmana em Provença era mais multifacetada do que se havia pensado anteriormente.

Recentemente, estudiosos têm trabalhado sobre a natureza da agricultura, das práticas semi-indústriais e de outros empreendimentos comerciais dos muçulmanos de Fraxinetum. Estabeleceu-se o argumento de que a introdução do trigo sarraceno, originário da Pérsia, em Provença, foi realizada pelos andaluzes, possivelmente, um fator indicado pela etimologia, uma vez que é referido como *blé sarrasin* (trigo sarraceno) no dialeto provençal da língua francesa (SÉNAC, 1982, p.57). Em acréscimo à introdução do trigo sarraceno, tem sido especulado, com base na lenda local, que o cultivo do sobreiro e o método de

transformação da resina do pinheiro em alcatrão, para o fortalecimento da madeira dos navios, começou com os muçulmanos; de fato, o nome árabe para Fraxinetum, *Jabal al-Qilāl*, é uma referência a essa prática (WENNER, 1980, p.68). Acima de tudo, a existência distinta de práticas agrícolas e pastoris árabes e berberes pode ser aferida do fato que certas espécies de cabras, nativas do norte da África, são criadas em Provença, enquanto a criação de porcos é rara, um detalhe que pode ser atribuído ao período da presença mulçumana andaluz (SÉNAC, 1982, p.57; WENNER, 1980, p.68 e 70). Os vestígios arqueológicos de cerâmica, metalurgia (minas comumente referidas como *le trou de Sarrasins* e *gallerie sarrazine* foram identificadas próximo à Grimaud, *La Garde-Freinet* e o *Plan de Tour*), manufatura de armas (forjas foram escavadas em Tende e La Ferrière) e silvicultura também foram citadas como indicativas de que atividades não-militares fossem relativamente difundidas em Fraxinetum e que possivelmente havia artesãos e outros muçulmanos qualificados entre os guerreiros de lá (SÉNAC, 1982, p.58-59; WENNER, 1980, p.68-69).

É possível inferir do trabalho de Ibn Hawqal e al-Istakhrī que os muçulmanos não fossem apenas “*mujāhidīn*” que mantinham Fraxinetum como um defensável posto avançado de fronteira para o Islã, mas também se engajavam em outras atividades como o cultivo irrigado e o comércio com o resto do mundo muçulmano, exportando seus produtos como a madeira e o óleo. A impressão global, que os estudiosos podem apreender de *Hudūd al-‘Alām*, é aquela de uma região economicamente viável, de onde madeira e óleo combustível podiam ser produzidos. Fontes islâmicas orientais também asseveravam que a presença muçulmana em Francia revigorou economicamente a região e suscitou seu florescimento, uma perspectiva que marcadamente contrasta com as exclamações de Syrus e Liutprand, os quais clamavam que “os sarracenos transformaram o reino em um deserto”. Portanto, é visível que as fontes muçulmanas pintam Fraxinetum não como mero posto avançado para assaltos, mas como uma entidade política andaluz defensável e autossustentada, no meio de uma população franca/cristã amplamente hostil.

Embora nem as fontes latinas, nem as fontes árabes deem uma perspectiva balanceada, quando as lemos em conjunção, elas apresentam uma visão mais nítida de Fraxinetum. Olhando como as fontes árabes contemporâneas apresentam os andaluzes em Provença e justapondo sua representação com o quadro da elaboração tradicional dos documentos latinos, se torna explícito o motivo dos estudiosos modernos terem descrito os muçulmanos de Fraxinetum de diferentes modos. Baseado na evidência ampla, portanto, é

notável que Fraxinetum foi um posto avançado fortificado (*castrum*), abrigando *mujāhidīn* muçulmanos, que estavam em constante conflito (*jihād*) com os francos em Provença e cujas atividades incluíam não apenas ataques destrutivos, que atormentavam os cristãos provençais, mas também praticavam atividades de intercâmbio como a agricultura e o comércio. Indubitavelmente, como outras regiões de fronteira do mundo islâmico, havia motivações mescladas impelindo os *ghāzīs* de Fraxinetum, um fato que permitiu vários modelos de interação com os francos em Provença. Não foi incomum laços culturais entre não-muçulmanos e muçulmanos, mesmo com estes engajados em *jihād*, se desenvolverem nas regiões de fronteira entre o Islã e a Cristandade – como pode ser visto na fronteira árabe-bizantina, na Anatólia, que deu origem a um gênero literário (os ciclos *Digenes Akrites* e *Sayyid Battal*) – indicando os modos variados de influência mútua entre habitantes da fronteira e a fluidez de interações nesta região. Estes permitem tanto as relações violentas quanto as pacíficas. Como sublinhado através deste artigo, um dos aspectos definidores de um Estado de Fronteira islâmico era sua relativa autonomia quanto a autoridade central. Logo, com o objetivo de apreciar mais detidamente a caracterização de Fraxinetum como um *ribāt* em Provença, as relações entre os muçulmanos de Fraxinetum e os Omíadas de al-Andaluz precisa ser explorada.

#### A RELAÇÃO ENTRE FRAXINETUM E AL-ANDALUZ

As relações entre Fraxinetum e al-Andaluz são particularmente problemáticas, porque é ambíguo se Fraxinetum foi um Estado de Fronteira muçulmano independente e campo de preparação para a *jihād* contra os francos ou se foi, de fato, uma região de fronteira/*thaghr* de al-Andaluz que reconhecia a autoridade Omíada. No caso de Creta, não havia dúvidas de que, embora nominalmente reconhecendo a autoridade Abássida, os *amīrs* eram monarcas independentes que cimentaram sua autoridade cunhando, de forma distinta, sua própria moeda. No que tange aos muçulmanos de Provença, contudo, as relações de Fraxinetum com a autoridade centralizada parecem bem mais tênues devido à falta de documentação. Algumas das fontes latinas fazem uma conexão direta entre os muçulmanos de Fraxinetum e a Espanha Omíada, descrevendo os andaluzes como nativos da Ibéria ou tributários dos governantes de al-Andaluz e explicando que eles recebiam reforços do Califado de Córdoba<sup>65</sup>.

<sup>65</sup> Christophe Picard explica como os maiores centros de atividade marítima em al-Andaluz foram as cidades da costa Leste da Península Ibérica, especialmente Pechina, Valência e Tortosa. Picard destaca o fato de que estes grupos eram autônomos e estavam fora do controle governamental. Ele explica como a política centralizada do

A *Vida de Beuve de Noyers*, por exemplo, se refere aos muçulmanos de Fraxinetum como *hispanicolae*, enquanto Liutprand de Cremona os descreve como *tributari regis Abdurrahman*, o que pode ser entendido como sendo vassalos ou submetidos ao califa da Espanha, Abdurrahman III. Esta é a única referência direta que afirma a existência de uma relação senhor-vassalo entre Fraxinetum e al-Andaluz (POLY, 1976, p.7; LIUTPRAND DE CREMONA, 2007, p. 45; VERSTEEGH, 1990, p. 363).

A associação dos muçulmanos de Fraxinetum com al-Andaluz pode ser novamente confirmada pelas crônicas francas que designavam os atacantes como *mauri*, um termo geralmente aplicado ao muçulmano ibérico, embora isso forneça poucas informações aos estudiosos sobre as relações políticas entre os atacantes em Provença e a autoridade de Córdoba. A mais convincente evidência contemporânea, derivada de fontes latinas, a sugerir que Fraxinetum fosse afiliada a al-Andaluz, é a missão diplomática enviada por Otto I a Abdurrahman III, em 953, demandando que Córdoba interrompesse seu apoio para os muçulmanos de Fraxinetum, cujos ataques se estendiam bem distante, ao norte, até o vale do Reno, em meados do século X (KENNEDY, 1996, p.97; VALLVE, 2002, p. 239)<sup>66</sup>. Embora Abdurrahman III assegurasse ao emissário de Otto, John de Gorze, que ele não estava apoiando os muçulmanos no sul da Provença, subseqüentemente, houve uma notável redução das atividades dos muçulmanos de Fraxinetum, cuja base caiu, em 972, diante da coalizão de cavaleiros provençais, sem receber ajuda de al-Andaluz. É plausível que a embaixada de Otto tivesse um impacto direto sobre Abdurrahman III no que diz respeito a sua política concernente à Fraxinetum, embora isso não possa ser definitivamente assegurado sem outras evidências.

Vários estudiosos têm sugerido que a relação existente entre Fraxinetum e al-Andaluz foi baseada em interesses comerciais, especificamente recursos em madeira, um produto que Fraxinetum tinha em abundância e, pelo qual, havia uma grande demanda em al-Andaluz (SÉNAC, 1980, p. 104). Há a hipótese de que Fraxinetum fosse um possível centro fornecedor deste recurso escasso, mas essencial, para al-Andaluz, que estava em processo de

---

regime Omíada, na Espanha, contribuiu para originar esses bandos independentes. Ele nota que o aumento das restrições e regulações dos Omíadas da Espanha levou a um êxodo de marinheiros para lugares como Fraxinetum, onde eles eram mais autônomos e podiam escapar da autoridade de Córdoba (PICARD, 1997, p. 10-13).

<sup>66</sup> A obra *Antapodosis*, de Liutprand de Cremona, foi dedicada ao emissário de Abdurrahman a Otto I. O fato de que Liutprand escolhera começar seu livro discutindo Fraxinetum demonstra o significado dos muçulmanos de Provença e, talvez, a urgência com a qual o assunto era visto na corte ottoniana, onde Liutprand se estabeleceu.

reconstrução de uma marinha para conter a ameaça emergente Xiita Fatímida do Norte de África (DELGADO, 1993, p.295). A teoria de que Abdurrahman III de Córdoba requisitasse madeira para sua frota e que os *ghāzīs* muçulmanos andaluzes (estes amplamente autônomos da costa oriental ibérica e de Fraxinetum) o proovessem com isso, toca uma questão temática central que diz respeito à relação entre Fraxinetum e al-Andaluz (SÉNAC, 1982, p.57). Aparentemente, o ativo patrocínio Omíada à base em Fraxinetum, em troca de recursos como madeira, teria consideravelmente ameaçado o *status quo* com os poderes cristãos na Europa Ocidental. Contudo, uma vez que os centros de exploração em Provença, onde madeira poderia ser conseguida, eram de vital importância para Abdurrahman III, o califa fornecia apoio logístico a Fraxinetum. Entretanto, por temor de uma reação econômica e militar dos poderes da Europa Ocidental, especialmente os Otonianos e as Cidades-Estado italianas, ele não mais proporcionou, de modo oficial, apoio militar e econômico ao assentamento. Entrementes, parece ter feito vistas grossas para as atividades dos *ghāzīs* do leste da Península Ibérica antes de 953.

Também, é plausível que, em troca do provimento de madeira para o Califado de Córdoba, os muçulmanos de Fraxinetum recebessem certo grau de aprovação, junto com suprimentos e reforços de andaluzes (SÉNAC, 1980, p.104). Como visto acima, o autor anônimo de *Hudūd al-'Alām* explicitamente estabelecia que Fraxinetum era um sítio importante de onde madeira (e óleo também) era exportada para o resto do mundo islâmico ocidental, justificando sua perspectiva. Esta observação é também reforçada por várias escavações arqueológicas no sul da Provença, próximas do sítio de Fraxinetum, as quais revelaram, recentemente, ferramentas árabes, tais como machados, pregos, serras, cinzeis e martelos, que poderiam ser usados para explorar os recursos da madeira (SÉNAC, 1980, p.108). Além disso, arqueólogos marítimos, escavando a baía de Saint-Tropez, descobriam várias embarcações árabes com compartimentos presumivelmente para o transporte de materiais como madeira e outros itens, destacadamente, cerâmicas<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup>Ver Michael McCormick (2001, p.597-599), que discute o itinerário dos navios naufragados recentemente descobertos e conclui que dificilmente os materiais carregados por essas embarcações – que incluíam cerâmica, mós, metais e alguns gêneros alimentícios – fossem destinados a Fraxinetum. A conclusão dele pode ser explicada pelo fato de que considerasse Fraxinetum pouco mais que uma “base pirata”. Sobre o conteúdo dos navios naufragados próximos da costa Provençal, ver Philippe Sénac (2006, p.36-39). Ele sugere que é bem possível que os materiais e os navios descobertos rumassem para Fraxinetum. Ver também Jean-Pierre Joncheray, Philippe Sénac (1995, p.25-34); Jean-Pierre Joncheray (2004, p.102-107).



Outras evidências sugerem que os andaluzes de Fraxinetum se especializaram no desenvolvimento do uso de cortiça e resina de pinheiro, materiais usados para calafetar navios. Isto é apoiado pelo fato de que, a palavra francesa e provençal para alcatrão, *goudron/quitran*, seja derivada de uma outra palavra árabe similar, “*qatrān*” e, pelo detalhe menos evidente de que o sul Provençal ainda é conhecido por sua indústria de cortiça, na origem da qual se identifica os “sarracenos” (SÉNAC, 1980, p.104; 1982, p.58). Com base em tal evidência, é provável que madeira fosse explorada pelos muçulmanos de Fraxinetum e que este produto constituísse um importante fator nas relações entre o Califado de Córdoba e Fraxinetum (SÉNAC, 1982, p.57)<sup>68</sup>. Em acréscimo à conexão da madeira, fragmentos do século X de cerâmica foram escavados na costa Provençal, apresentando padrões idênticos às cerâmicas do sul da Península Ibérica, especialmente os padrões encontrados na cidade de Almería-Pechina, indicando outro laço direto entre al-Andaluz e Fraxinetum (CONSTABLE, 1994, p. 167 e 189-190; Joncheray e Sénac, 1995, p.25). Esta evidência indica que, ao menos, alguns dos muçulmanos de Fraxinetum fossem originários de Almería-Pechina, que era, como descrito mais cedo neste artigo, um dos centros de dissidentes andaluzes opostos às medidas de centralização dos Omíadas. Isso também explicita o fato de que os andaluzes de Fraxinetum ainda mantivessem importantes conexões com a Península Ibérica, com o objetivo de se reforçar; assim como os muçulmanos cretenses estavam dependentes do apoio logístico e material da região do delta egípcio. Logo, estas legendas credenciam o argumento de que os muçulmanos de Fraxinetum fossem autônomos e avessos ao controle de Córdoba, ao menos, até o estabelecimento do Califado de Córdoba, em 929, quando Abdurrahman instituiu medidas estritas de centralização e procurou integrar as regiões costeiras e de fronteira na estrutura do Estado Omíada.

As fontes árabes, compostas após 929, apoiam a noção de que Fraxinetum fosse diretamente filiada a al-Andaluz. O geógrafo contemporâneo Ibn Hawqal explicitamente observou que Fraxinetum, como Mallorca, estava sob a jurisdição de *sāhib al-Andalus*, se referindo ao califa em Córdoba (MUHAMMAD IBN HAWQAL, 1963, p.185; VERSTEEGH, 1990, p.363). A relação é subentendida de sua descrição de Fraxinetum como uma ilha na boca do

---

<sup>68</sup> Sénac também enfatizou o fato de que havia grande fluxo de metais preciosos da Provença no mundo islâmico, especialmente na África e na Península Ibérica, o qual ele atribuiu aos muçulmanos de Fraxinetum e seus ataques aos mosteiros, o que permitiu a eles ganhar acesso a grandes quantidades de riquezas, tais como prata e ouro, mas relacionou também a sua metalurgia e às atividades mineradoras (SÉNAC, 1980, p. 109-110). Ver Olivia Remie Constable (1994, p.196-197); Thomas Glick (p.109-112). Ver também Maurice Lombard (1959, p.234-254).

Rio Ródano, próxima de al-Andaluz, similar a sua pintura das Baleares no mapa do Mediterrâneo Ocidental (SÉNAC, 1980, p.43-44; MIQUEL, 1967, p.365). Essa representação cartográfica tem sido interpretada literalmente, por alguns estudiosos, que a consideraram para dizer que Ibn Hawqal e outros geógrafos muçulmanos visualizavam Fraxinetum como uma ilha (MINORSKY, 1970, p.192).

Entretanto, como é o caso com alguns mapas pré-modernos, ele não deve ser visto como uma tentativa estrita para representar o território geográfico<sup>69</sup>. Mais do que isso, o mapa deve se entendido como uma representação da realidade de que Fraxinetum estava bem (geograficamente) isolada de al-Andaluz, mas simultaneamente (politicamente) afiliada e conectada a ela. Ibn Hawqal deve também ter sugerido que as Baleares, especialmente Mallorca – que foi inicialmente conquistada pelos *ghāzīs* antes de ser incorporada ao reino Omíada em 902 – e Fraxinetum, possuísem um estatuto político idêntico no que tange à al-Andaluz Omíada.

Talvez, a mais importante indicação da relação que existia entre al-Andaluz e Fraxinetum seja uma referência de Ibn Hayyan al-Qurtubi a que, em 940/941, Abdurrahman III tivesse feito cópias de um tratado de paz com os “francos”, incluindo Hugo de Itália. Estas teriam sido enviadas para os governadores de Valência, das Baleares e para o *qa'id* de Fraxinetum (mencionado pelo nome como Nasr ibn Ahmad), que eram as principais partes preocupadas com um tal tratado<sup>70</sup>. A menção do *qa'id* de Fraxinetum pelo nome, em uma tão importante crônica, também sugere que a presença muçulmana em Provença fosse de alguma relevância para al-Andaluz e que os eventos em Fraxinetum interessassem a Córdoba. Em outras palavras, o fato do nome do líder dos muçulmanos de Fraxinetum ser recordado pelo maior historiador Omíada pode indicar que a relação entre os andaluzes na Ibéria e seus irmãos no sul de Francia fosse mais desenvolvida do que é comumente suposto pelos historiados modernos. Entrementes, é possível que seja uma tentativa, por parte de Ibn Hayyan, um historiador pró-Omíada, escrevendo após o ocorrido, para glorificar o Califado de Córdoba, procurando estender seu poder e autoridade mais do que realmente era naquela

<sup>69</sup> Ibn Hawqal pertencia à Escola Balkhi de Cartografia, que usava mapas para descrever a realidade geopolítica existente do mundo islâmico, mais do que apresentar representações espaciais/geográficas do mundo conhecido. Ver Emilie Savage-Smith (2003, p. 109-127).

<sup>70</sup> IBN HAYYAN, *Muqtabis*, 249, In: Maria Jesús Viguera (trad.), Federico Corriente (trad.) (1981, p. 342); IBN HAYYAN, In: Olivia Remie Constabel (1997, p. 71). Ibn Hayyan, em seu *Muqtabis*, deixa entender que o califa de Córdoba visse os governantes muçulmanos das ilhas Baleares, os governantes dos portos ibéricos e o *qa'id* (comandante) de Fraxinetum, mencionado pelo nome como Nasr ibn Ahmad, como subordinados a ele.

ocasião. Alguns estudiosos têm especulado que o acima referido tratado constituísse, de fato, um acordo com Hugo de Itália, levando assim a acreditar que a decisão de Hugo de suspender o cerco de Fraxinetum, em 941, estivesse relacionada com o estabelecimento de relações comerciais com os Omíadas em al-Andaluz (VERSTEEGH, 1990, p.369). Embora não exista evidência que autorize afirmar isso, a distribuição de uma cópia do tratado para os muçulmanos de Fraxinetum sugere que há valor nessa assertiva.

O uso da palavra *qa'id*, no contexto acima, é particularmente significativo e merece mais atenção. O termo insinua uma relação única entre al-Andaluz e Fraxinetum, uma diferente da que existia entre as Baleares e Córdoba, uma vez que não denotava simplesmente um “governador” ou um servidor civil administrando uma região no lugar da autoridade centralizada (SÉNAC, 1982, p.60; VERSTEEGH, 1990, p.363). Diferente das cidades interioranas, as quais eram governadas por um *wālī* (“governador”), cidades portuárias estavam usualmente sob o controle do *qa'id*, que tipicamente tinha mais poderes que o governador regular e era responsável tanto pelos assuntos militares quanto civis (CONSTABLE, 1994, p.114). *Qa'id*, um termo árabe geográfico e administrativo, comumente designava o comandante de uma zona fronteiriça ou *thaghr*<sup>71</sup>. A palavra árabe *thaghr* é entendida como uma terra virtualmente sem pessoas, cravejada com fortalezas (*hussūn*), localizada nas franjas do território muçulmano, próxima do *dār al-harb*, e utilizada para lançar ataques em territórios não muçulmanos<sup>72</sup>. Esta forma de limite era típica de al-Andaluz e formava a primeira linha de defesa entre a Península Ibérica governada pelos muçulmanos e os vizinhos cristãos do Norte. O *thaghr* era bastante diferente das outras regiões de fronteira, genericamente conhecidas como *hudūd*, pois tipicamente continha *ribāts* e seu papel principal era militar, embora vários *ribāts* também desenvolvessem agricultura e indústria<sup>73</sup>. Quanto a isso, deve se notado que um Estado de Fronteira islâmico não denota meramente uma entidade militar na zona político-militar entre *dār al-Islām* e *dār al-harb*. Como demonstrado pelos casos de Creta e outros Estados de Fronteira, tais como o *thughūr* na Anatólia oriental, a fronteira era uma região na qual múltiplos modos de interações eram possíveis e nos quais comércio, ataques e mesmo trocas culturais podiam ocorrer. Enquanto tal, Creta e Fraxinetum

---

<sup>71</sup> *Thaghr* também pode ser traduzido como “Marca”, do mesmo modo que *Marca Hispania*.

<sup>72</sup> Sobre o termo *qa'id*, ver Ralph W. Brauer (1995, p.1-73). Ver também Jacinto Bosch Vila (1998, p.377-387); Eduardo Manzano Moreno (1994, p.83-99); Miquel (1967, p.535-540); Kennedy (1996, p.52-53); Glick (1979, p.52-53); Phillipe Sénac (1999, p.91-108).

<sup>73</sup> Ver Christophe Picard e Antoine Borrut (2003, p.33-65).

eram simultaneamente bases estratégicas avançadas para travar guerra santa contra a Cristandade e importantes centros econômicos que exportavam madeira para o resto do mundo islâmico. Ao mesmo tempo, seria errôneo ver o desenvolvimento da sustentável base econômica de Fraxinetum em discordância com sua função primordial de um Estado de Fronteira islâmico, que, meramente, constituía a primeira etapa da expansão islâmica nas regiões de fronteira e, teoricamente, intentava estabelecer as bases para um assentamento gradual e permanente.

Um dos aspectos mais problemáticos para os historiadores é o fato de que, diferentemente de outros Estados de Fronteira islâmicos, não parece ter havido um *amīr* ou comandante, em torno dos quais os *ghāzīs* se reuniam. No caso de Creta, pro exemplo, a dinastia de Abū Hafs e seus descendentes formavam um emirado que regulava (até certo nível) as atividades dos *ghāzīs* posicionados lá; Umar al-Aqtā', no emirado de Melitene, era, do mesmo modo, o *amīr* dos *ghāzīs* no leste da Anatólia. Similarmente, mesmo no caso de Bari, na Apúlia, que existia como um posto avançado muçulmano há menos de três décadas, os bandos de *ghāzīs* eram liderados por um *amīr*, Kalfūn. Quanto a Fraxinetum, apesar da referência pouco explícita ao *qa'id*, Nasr ibn Ahmad, não parece ter havido um indivíduo específico que exercia a autoridade sobre os *ghāzīs* em Provença e nas regiões alpinas; no caso de Nasr ibn Ahmad, os estudiosos podem apenas especular como ele realmente praticava autoridade. A ausência de uma estrutura de liderança não deve necessariamente diminuir o entendimento de Fraxinetum como um Estado de Fronteira ou *ribāt*, mas isso é potencialmente problemático e suscita a importante questão de como se diferiu de outras regiões de fronteira islâmica no Mediterrâneo oriental. Por outro lado, devido à escassez documental, os estudiosos podem somente conjecturar sobre a organização específica dos bandos de *ghāzīs* na Provença e, aparte de seu comprometimento com a *jihād*, se havia alguma tentativa para coordenar suas atividades. Não obstante essa característica distinta, Fraxinetum parece ter se conformado ao entendimento dos estudos modernos quanto a um *ribāt* do século X no mundo islâmico.

Fortalezas *ribāt* na fronteira/*thughūr* eram uma única entidade política, distintas das partes nucleares do Estado, às quais era dado um estatuto administrativo especial. Elas estavam sob o controle de um comandante militar, o *qa'id* e seus laços com o centro de poder tendiam a ser muito mais tênues que aqueles de outras regiões do Estado. O *qa'id* cumpria algumas das funções de um governante regular e, às vezes, podia agir desafiando os desejos

do governo central. Ao mesmo tempo, parece plausível, com base na evidência de Ibn Hayyan, que Fraxinetum fosse um *thaghr* de al-Andaluz, habitado por guerreiros de fronteira, *ghāzīs*, engajados na *jihād*, mais do que uma entidade muito independente e autossustentada<sup>74</sup>. A descrição de Fraxinetum nas fontes árabes, assim, correspondem, muito possivelmente, à concepção das fortalezas de fronteira muçulmanas dos séculos IX e X. Embora nenhuma das fontes contemporâneas árabes reclame explicitamente que fosse uma província-fronteira de al-Andaluz, suas descrições da fortaleza, de seus habitantes e de suas atividades apontam o fato que este era, de fato, um *ribāt* abrigando muçulmanos andaluzes engajados na *jihād* contra os francos<sup>75</sup>. De acordo com o cronista andaluz Ibn Hayyan al-Qurtubī, o almirante Omíada ‘Abd al-Mālik ibn Sa’īd ibn Abī Hamāma, comandando uma frota de 40 navios, conduziu uma expedição contra a costa franca, em 935, e possivelmente interagiu com os muçulmanos de Fraxinetum, coordenando o ataque com eles<sup>76</sup>. Isso suscita a questão do grau em que al-Andaluz ativamente endossava, encorajava e patrocinava os muçulmanos estacionados lá.

Conceitualizar Fraxinetum como uma zona de fronteira que estava além do alcance da autoridade centralizada também explica a natureza das atividades de seus habitantes, os quais usualmente não se conformavam à regulação militar e à conduta de guerra islâmica que impunham certas restrições às atividades dos soldados muçulmanos enquanto estivessem em campanha (BONNER, 2006, p. 171; WENNER, 1980, p. 63)<sup>77</sup>. Uma vez que os *ghāzīs* estavam estabelecidos em áreas fortificadas nas regiões de fronteira, eles estavam geralmente além do alcance de qualquer autoridade islâmica, um fato que permitia a eles empregar táticas particularmente brutais para enfraquecer as defesas e a moral de *dār al-harb*, tendo em vista que eles não estavam ligados à conduta regular dos afazeres militares. Isso explica parcialmente por que *ghāzīs*, não só estes de Fraxinetum, foram tão destrutivos para a vida comercial, agrícola e social nas áreas adjacentes a sua base principal<sup>78</sup>. A ausência de qualquer

---

<sup>74</sup> Miquel (1967, p.397) rejeita a noção de que Fraxinetum fosse uma zona de fronteira ou um *thaghr/ribāt* de al-Andaluz, pois não leva em consideração as implicações do termo *qa’id*, que podem justificar uma tal conexão.

<sup>75</sup> Para saber mais sobre *jihād* no contexto de al-Andaluz, ver Michael Bonner (2006, p.111-112).

<sup>76</sup> IBN HAYYAN, *Muqtabis*, 249, In: Maria Jesús Viguera (trad.), Federico Corriente (trad.) (1981, p. 275); Sénac (1982, p.53).

<sup>77</sup> Muçulmanos eram proibidos de maltratar não-combatentes, mulheres, crianças e idosos, devendo, em teoria, abster-se de atacar infraestruturas religiosas e terras agrícolas.

<sup>78</sup> Isso foi acentuado no caso dos *ghāzīs* turcos entre os séculos XI e XIV, na Anatólia, que eventualmente “turquificaram” e islamizaram a região, devastando a vida agrícola e sedentária, chegando a acabar com os assentamentos dos cristãos gregos na região.

autoridade muçulmana estabelecida entre eles significa que poderiam não prestar contas de suas ações, como deveriam fazer a um oficial do exército muçulmano em campanha (KHADDURI, 1966, p.103).

As descrições remanescentes de cronistas e geógrafos árabes de que os andaluzes se ocupavam da agricultura, exploravam recursos em madeira e, às vezes, se comportavam como mercadores sugerem que, devido a seu relativo isolamento, eles precisavam se manter através de outros meios, além daqueles oriundos do vínculo com al-Andaluz ou do saque. Mesmo se aceitarmos que Fraxinetum fosse um *thaghr* do Califado de Córdoba, sua natureza autônoma está implícita na distância entre a Provença e a Península Ibérica (cerca de cinco dias de jornada marítima da costa de Valência) (SÉNAC, 1982, p.56). Sem dúvida, tal realidade foi exacerbada após a destruição do porto de Fraxinetum pelas forças bizantinas e a eliminação de toda sua frota em 941, encerrando qualquer conexão que tivesse com a Península Ibérica e, talvez, influenciado a decisão dos muçulmanos aí estacionados de atacar além das passagens alpinas. O declínio do apoio Omíada foi outro provável motivo para a intensificação dos ataques muçulmanos de Fraxinetum afora das passagens alpinas. Ameaçados pelo poder crescente dos Xiitas da dinastia Fatímida no Norte de África, que estavam tentando invadir a Península Ibérica e tinham destruído Almeria, o principal porto de al-Andaluz, em 954 – neste mesmo ano, uma força andaluz de Fraxinetum estava em movimento nas passagens alpinas – os Omíadas não estavam em posição de ajudar seus correligionários na Provença. Acima de tudo, a fortuna decrescente dos muçulmanos andaluzes dentro da Península Ibérica, especialmente no que se seguiu à derrota psicologicamente e militarmente desastrosa dos muçulmanos por Ramiro II de Leão e seus aliados, em Simancas, em 939, seria também um fator a se considerar nos contatos entre Córdoba e Fraxinetum. Esta batalha, que foi prenunciada terminar em uma rápida e decisiva vitória para os muçulmanos, resultou em sua derrota esmagadora e na captura do Corão pessoal de Abdurrahman III. Como resultado, o califa foi compelido a concordar com um humilhante tratado de paz com Leão, entregando grande parte do território para os reinos espanhóis, sendo forçado a reexaminar a situação estratégica da península Ibérica. A derrota em Simancas, portanto, dificultou enormemente a habilidade de Córdoba em se comprometer

com assuntos fora de al-Andaluz (COLLINS, 1995, p.195 e 1995, p.342)<sup>79</sup>. Consequentemente, durante a últimas décadas de existência de Fraxinetum, parece ter havido um gradual declínio da ajuda e do patrocínio enviados para os muçulmanos de Fraxinetum, o que pode ter contribuído para sua derrota em 975, algo similar à maneira como o declínio do suporte ativo para os muçulmanos de Creta e o *thughūr* no leste da Anatólia permitiu sua conquista por um Império Bizantino ressurgente no início do século X.

Não deve surpreender aos estudiosos que Fraxinetum fosse afiliada a al-Andaluz em certo nível, tanto quanto os Estados de Fronteira islâmicos, tais como a Creta andaluz e o emirado de Melitene na Anatólia, também estivessem associados a autoridades centralizadas com o objetivo de assegurar um nível de aprovação e legitimidade. O relacionamento entre Fraxinetum e al-Andaluz deve também ser entendido como demanda dos bandos de guerreiros *ghāzīs* de aprovação de uma poderosa entidade islâmica, mais do que se colocar sob sua autoridade direta. No que tange a este assunto, a questão principal, que precisa ser destacada, constitui-se na natureza da relação entre Fraxinetum e al-Andaluz, se a conexão entre os *ghāzīs*, em Provença, e a autoridade centralizada, em Córdoba, estava diretamente relacionada à origem, ao desenvolvimento e à queda de um Estado de Fronteira islâmico na Provença do século X. A dúvida permanece para novas pesquisas averiguarem.

#### CONCLUSÃO: PARA UM ENTENDIMENTO AMPLIADO DOS ESTADOS DE FRONTEIRA ISLÂMICOS NO SÉCULO X

Este artigo procurou demonstrar que, contrariamente à perspectiva tradicionalista que compreende Fraxinetum como uma base de piratas, é mais apropriado conceitualiza-la como um Estado de Fronteira islâmico que foi habitado por muçulmanos andaluzes e se desenvolveu em um importante centro econômico e militar na Provença. A interpretação de Fraxinetum como uma base de piratas se apoia, em grande medida, no estudo de documentos primários e na reprodução dos argumentos dos cronistas latinos pelas pesquisas modernas. Ela falha em incorporar, na discussão, outras evidências, incluindo as fontes árabes e o material não textual. Embora seja evidente que houve uma motivação mista para os habitantes *ghāzīs* em Fraxinetum, permitindo vários modos de interação com os francos da região, *jihād* parece ter exercido um papel ao definir a legitimação de sua presença e ao orientar suas atividades,

---

<sup>79</sup> Algumas das mais significativas consequências da derrota foram: a recusa de Abdurrahman em conduzir um exército em campanha novamente, uma acentuada queda em sua fé na guerra ofensiva da *jihād* e dos *ghāzīs*, além de um enorme golpe na moral islâmica na Península Ibérica.

como em outras regiões de fronteira de *dār al-Islām*. Como Deborah Tor indicou em seu artigo sobre Ya'qūb ibn al-Layth, fundador da dinastia Saffárida no Leste do Irã, os assuntos militares na fronteira muçulmana e as atividades dos *ghāzīs* também foram frequentemente rejeitados como uma “série de campanhas aleatórias e aparentemente casuais, mais do que um conjunto de atividades militares a serviço da fé” (TOR, 2002, p.251). Isso é evidente no caso da historiografia sobre Fraxinetum, que não tem sido adequadamente contextualizado dentro do entendimento relativo ao assunto dos guerreiros de fronteira no mundo Islâmico. A evidência existente apoia a visão de que Fraxinetum foi, de fato, um Estado de Fronteira muçulmano, que refletia, de algum modo, a sociedade de fronteira da Creta andaluz e da fronteira Abássida-Bizantina. Com objetivo de compreender Fraxinetum mais profundamente, é necessário haver a integração de estudos em um contexto ampliado, que demonstre o grau em que ela se assemelhava ou se diferenciava dos Estados de Fronteira do mundo islâmico do Leste, permitindo, aos estudiosos, constituir um melhor entendimento do fenômeno das questões guerreiras de fronteira no Mediterrâneo ocidental durante a Alta Idade Média. Discutindo Fraxinetum dessa perspectiva alternativa, este artigo procurou renovar o debate sobre a presença muçulmana na Provença e encorajar pesquisas adicionais acerca da questão de Fraxinetum.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBADI, Ahmad & SALEM, Abdul-Aziz. *Tarikh al-Bahriyya al-Islamiyya fi Hawd al-Bahr al-Abyad al-Mutawassit*: Al-Bahriyya al-Islamiyya fi al-Maghreb wa al-Andalus. Alexandria: n.p.1981.
- 'ABD ALLĀH IBN AL-MUBĀRAK. In: HAMMĀD, Nazīh (ed.). *Kitāb al-jihād*. Cairo: al-Azhar, Majma' al-Buḥūth al-Islāmiyah, 1978.
- 'ABD AL-RAZZĀQ AL-SAN'ĀNĪ. *Al-Musannaf*. Cairo: Dār al-Ta'şīl, 2015.
- AGHA, Salih Said. *The Revolution Which Toppled the Umayyads*. Leiden: Brill, 2003.
- AHMAD IBN ABĪ 'ĀSIM. *Kitāb al-Jihād*. Medina: Maktabat al-'Ulūm wa-al-Ḥikam, 1989.
- AL-HIMYARI, Muhammad. *Kitāb al-Rawd al-Mi'tar fi Khabar al-Aqtar*. Cairo: Matba'at lajnat al-ta'lif wa al-tarjana wa al-ashr, 1937.
- AL-ISTAKHRI. *Al-Masālik wa Al-Mamālik*. In: AL-HĪNĪ, Muhammad Jābir Abd al-'Āl (ed.). Al-Qāhira: Dār al-Qalam.
- AL-MARRĀKUSHĪ, Ibn Idhārī. *Al-Bayān al-Mughreb fi Akhbār al-Andalus wāl Maghreb*. Beirut: Dār al-Thaqāfah, 1983.
- ANONYMOUS MONK. *Chronaca di Novalesa*. In: ALESSIO, Gian Carlo (ed.). Turin: Einaudi, 1982.



ATHAMINA, Khalil. The 'Ulamā' in the Opposition: The Stick and Carrot Policy in Early Islam. In: *Islamic Quarterly*, n. 36, 1992, p.153-178.

BEARMAN, P. (ed.); BIANQUIS, Th. (ed.); BOSWORTH, C.E. (ed.); VAN DONZEL, E. (ed.) & HEINRICHS, W.P. (ed.). *Encyclopaedia of Islam*. Leiden: Brill, 2005.

BECKETT, Katharine Scarfe. *Anglo-Saxon Perceptions of the Islamic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BLANKINSHIP, Khalid Yahya. *The End of the Jihad State: The Reign of Hisham ibn Abd-al Malik and the Collapse of the Umayyads*. Albany: State University of New York Press, 1994.

BLOCH, Marc. *Feudal Society*. Chicago: Routledge & Kegan Paul PLC, 1961.

BONNER, Michael. *Aristocratic Violence and Holy War: Studies in the Jihad and the Arab-Byzantine Frontier*. New Haven: American Oriental Society, 1996.

BONNEY, Richard. *Jihad: From the Qur'an to Bin Laden*. New York: Palgrave MacMillan, 2004.

BONNER, Michael. *Jihād in Islamic History: Doctrines and Practice*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BONNER, Michael. The Naming of the Frontier: *Awāsim, Thughūr*, and the Arab geographers. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*. University of London, n. 57, 1994, p. 17-24.

BONNER, Michael. Some Observations Concerning the Early Development of Jihād on the Arab-Byzantine Frontier. *Studia Islamica* n. 75, 1992, p. 5-31.

BOUCHARD, Constance Brittain. Burgundy and Provence (879-1032). In: REUTER, Timothy (ed.). *The New Cambridge Medieval History: v. III*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 339-345.

BOWLUS, Charles. *The Battle of Lechfeld and Its Aftermath: The End of the Age of Migrations in the Latin West*. Aldershot: Routledge, 2006.

BRAUER, Ralph W. Boundaries and Frontiers in Medieval Muslim Geography. *Transactions of the American Philosophical Society*, n. s. n. 85, 1995, p.1-73.

BROOKS, E. W. The Arab Occupation of Crete. *English Historical Review*, n. 28, 1913, p. 431-443.

BROWN, Elizabeth A. R. The Tyranny of a Construct: Feudalism and Historians of Medieval Europe. *American Historical Review*, n. 79, 1974, p. 1063-1088.

BRUCE, Scott G. An Abbot between Two Cultures: Maiolus of Cluny Considers the Muslims of La Garde-Freinet. *Early Medieval Europe*, n. 15, 2007, p. 426-440.

BUC, Philippe. Writing Ottonian Hegemony: Good Rituals and Bad Rituals in Liutprand of Cremona. *Majestas*, n. 4, 1996, p.3-38.

BULLIET, Richard W. *Conversion to Islam in the Medieval Period: An Essay in Quantitative History*. Harvard: Harvard University Press, 1979.

BURY, John Bagnell. *History of the Eastern Roman Empire from the Fall of Irene to the Accession of Basil 1*. London: Cornell University Library, 1912.

BUSQUET, Raoul. *Histoire de Provence*. Monaco: Imprimerie Nationale, 1954.

CANTARINO, Vicente. Spanish Reconquest: A Cluniac Holy War Against Islam. In: SEMAAN, Khalil (ed.). *Islam and the West: Aspects of Intercultural Relations*. Albany: State University of New York Press, 1980, p.82-109.

CHALMETA, Pedro. *Invasión e Islamización: La Sumisión de Hispania y La Formación de al-Andalus*. Jaén: Universidad de Jaén, 2003.

CHEJNE, Anwar G. Arabization and Islamization in al-Andalus: A General View. In: VRYONIS JR. Speros (ed.). *Islam and Cultural Change in the Middle Ages*. Wiesbaden, 1975, p. 59-86.

CHRISTIDES, Vassilios. *The Conquest of Crete by the Arabs*. Athens: Akadēmia Athēnōn, 1984.

CHRISTIDES, Vassilios. The Raids of the Muslims of Crete in the Aegean Sea: Piracy and Conquest. *Byzantion*, n. 51, 1981, p. 76-111.

CITARELLA, Armand O. Patterns in Medieval Trade: The Commerce of Amalfi before the Crusades. *Journal of Economic History*, n. 28, 1968, p. 531-555.

CITARELLA, Armand O. The Relations of Amalfi with the Arab World before the Crusades. *Speculum*, n. 42, 1967, p. 299-312.

COLLINS, Roger. *The Arab Conquest of Spain (711-797)*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1989.

COLLINS, Roger. *Early Medieval Spain: Unity in Diversity*. London: Palgrave, 1995.

COLLINS, Roger. The Spanish Kingdoms. In: REUTER, Timothy (ed.). *The New Cambridge Medieval History: v. III*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 670-691.

COLLINS, Roger. *Visigothic Spain (409-711)*. Oxford: Wiley-Blackwel, 2004.

CONSTABLE, Giles. Cluny and the First Crusade. In: CONSTABLE, Giles (ed.). *Cluny from the Tenth to the Twelfth Centuries*. Aldershot: Routledge, 2000, p.179-193.

CONSTANTINE PORPHYROGENITUS. In: JENKINS, Romilly (ed.). *Constantine Porphyrogenitus de Administrando Imperio*. Dumbarton Oaks: Center for Byzantine Studies, 1967.

COOK, David B. *Understanding Jihād*. Berkeley: University of California Press, 2005.

COOPE, Jessica. *The Martyrs of Cordova: Community and Family Conflict in an Age of Mass Conversion*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1995.

CONSTABLE, Olivia Remie. *Trade and Traders in Muslim Spain: The Commercial Realignment of the Iberian Peninsula (900-1500)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 196-197.

COUPLAND, Simon. The Rod of God's Wrath or the People of God's Wrath? The Carolingian Theology of the Viking Invasions. *Journal of Ecclesiastical History*, n. 42, 1991, p. 535-554.

DALMON, Jacques. *La Garde en Freinet: D'Or et Sinople*. Paris: Universud, 1994.

DANIEL, Norman. *The Arabs and Medieval Europe*. London: Longman, 1975.

- DANIEL, Norman. Spanish Christian Sources of Information about Islam. *Al-Qantara*, n. 15, 1994, p. 365-384.
- DE REY, Gonzague. *Les invasions des Sarrasins en Provence*. Marseille: M. Olive, 1878.
- DELGADO, Jorge Lirola. *El poder naval de al-Andalus en la época del Califato Omeya*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 1993.
- DONNER, Fred. *The Early Islamic Conquests*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- DUNBABIN, Jean. *France in the Making (843-1180)*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- DUTTON, Paul Edward. *Awareness of Historical Decline in the Carolingian Empire (880-887)*. PhD. diss. University of Toronto, 1981.
- EINHARD. *Vita Karoli Magni*. In: DUTTON, Paul E. (ed. e trad.). *Charlemagne's Courtier: the Complete Einhard*. Peterborough: Broadview Press, 1998.
- EICKHOFF, Ekkehard. *Seekrieg und Seepolitik zwischen Islam und Abendland: Das Mittelmeer unter Byzantinischer und Arabischer Hegemonie (650-1040)*. Berlin: De Gruyter, 1966.
- EKKEHARD. *Casus Sancti Galli*. In: HAEFELE, Hans F. (ed.). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1980.
- EL HAJJI, Abdurrahman Ali. *Andalusian Diplomatic Relations with Western Europe during the Umayyad Period (755-976)*. Beirut: Dar al-Irshad, 1970.
- ENAN, Muhammad Abdullah. *Decisive Moments in the History of Islam*. London: Read Books, 1940.
- ENGREEN, Fred. Pope John the Eighth and the Arabs. *Speculum*, n. 20, 1945, p. 318-330.
- FAHMY, Ali. *Muslim Sea-Power in the Eastern Mediterranean*. London: Tip. Don Bosco, 1950.
- FÉVRIER, Paul-Albert et alii. *La Provence des Origins à l'An Mil*. Paris: Ouest-France, 1989.
- FIRESTONE, Reuven. *Jihād: The Origin of Holy War in Islam*. New York: Oxford University Press, 1999.
- FLETCHER, C. R. L. *Making of Western Europe*. London: E. P. Dutton & Co. 1912.
- FLETCHER, Richard. *Moorish Spain*. London: Weidenfeld & Nicolson Copyright, 1992.
- FLODOARD OF REIMS. In: FANNING, Steven (ed.); BACHRACH, Bernard (ed.). *The Annals of Flodoard of Reims*. Peterborough: University of Toronto Press, 2004.
- FRANZIUS, Enno. *History of the Byzantine Empire*. New York: Funk & Wagnalls, 1967.
- GABRIELI, Francesco. Greeks and Arabs in the Central Mediterranean Area. *Dumbarton Oaks Papers*, n. 18, 1964, p.57-64.
- GABRIELI, Francesco. Islam in the Mediterranean World. In: SCHACHT, Joseph (ed.) & BOSWORTH, C.E. (ed.). *The Legacy of Islam*. Oxford: Oxford University Press, 1974, p. 63-104.
- GARRIDO, Jose Angel Tapia. *Almeria Musulmana: I*. Almeria: Cajal, 1986.

- GARRISON, Mary. The Bible and Alcuin's Interpretation of Current Events. *Peritia*, n. 16, 2002, p.68-84.
- GEARY, Patrick J. *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millennium*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GENESIOS. In: KALDELLIS, Anthony (trad.). *On the Reigns of the Emperors*. Canberra: Brill, 1998.
- GLICK, Thomas. *Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- GUICHARD, Pierre. *La España Musulmana: Al-Andalus Omeya*. Madrid: Historia 16, 1995.
- GUICHARD, Pierre. Los Inicios de la Piratería Andalusí en el Mediterráneo Occidental (793-813). *Estudios sobre Historia Medieval*. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1987, p.73-103.
- HAMILTON, Bernard. Pope John X (914-928) and the Antecedents of the First Crusade. In: SHAGRIR, Z. et alii. *Laudem Hierosolymitani: Studies in Crusades and Medieval Culture in Honour of Benjamin Z. Kedar*. Ashgate: Routledge, 2007, p. 309-318.
- HAYWOOD, John. *Dark Age Naval Power: A Reassessment of Frankish and Anglo-Saxon Seafaring Activity*. London: Anglo-Saxon Books, 1991.
- HERNÁNDEZ, Miguel Cruz. The Social Structure of al-Andalus During the Muslim Occupation and the Founding of the Umayyad Monarchy. In: MARIN, Manuela (ed.). *The Formation of al-Andalus*. pt. 1. Ashgate: Routledge, 1998, p. 51-85.
- HITTI, Philip K. *History of the Arabs*. London: Macmillan Company, 1956.
- HOFFMANN, J. Wesley. The Commerce of the German Alpine Passes during the Early Middle Ages. *The Journal of Political Economy*, n. 3, 1923, p. 826-839.
- HOYLAND, Robert. *Seeing Islam as Others Saw It: A Survey and Evaluation of Christian, Jewish, and Zoroastrian Writings on Early Islam*. Princeton: The Darwin Press, 1997.
- HUMPHREYS, R. Steven. *Islamic History: A Framework for Enquiry*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- IBN AL-ABBĀR. *Kitāb al-Hullāh al-siyārā*. Cairo: al-Sharikah al-Arabiyyah, 1985.
- IBN AL-FARĀDĪ. *Tārīkh al-'ulamā' wa-al-ruwāh lil-'ilm bi-al-Andalus*. Cairo: Maktabat al-Khānjī, 1988.
- IBN HAYYAN. In: CONSTABLE, Olivia Remie (ed.). *Medieval Iberia: Readings from Christian, Muslim, and Jewish Sources*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.
- IBN HAYYAN. *Muqtabis*. In: VIGUERA, Maria Jesús (trad) & CORRIENTE, Federico (trad.). *Cronica del Califā Abdurrahman III An-Nasir*. Saragossa: Anubar Ediciones, 1981.
- IMAMUDDIN, S. M. Cordovan Muslim Rule in Iqritish (Crete). *Journal of the Pakistan Historical Association*, n. 8, 1960, p. 297-312.
- IOGNA-PRAT, Dominique. La Capture de l'Abbé Maïeul par les "Loups Sarrasins". In: ARKOUN, Mohammed (éd.). *Histoire de l'Islam et des Musulmans en France du Moyen-Âge a Nos Jours*. Paris: Albin Michel, 2006, p. 54-55.

IOGNA-PRAT, Dominique. L'Islam et la Naissance de la Chrétienté à la fin du Neuvième Siècle. In: ARKOUN, Mohammed (éd.). *Histoire de l'Islam et des Musulmans en France du Moyen-Âge à Nos Jours*. Paris: Albin Michel, 2006, p. 74-75

IOGNA-PRAT, Dominique. *Ordonner et exclure: Cluny et la société chrétienne face à l'hérésie, au judaïsme et à l'Islam (1000-1150)*. Paris: Aubier, 1998.

JOHANEK, Peter. Merchants, Markets and Towns. In: REUTER, Timothy (ed.). *The New Cambridge Medieval History: Volume III*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 64-94.

JONCHERAY, Jean-Pierre. The Four Saracen Shipwrecks of Provence. In: KINGSLEY, Sean (ed.). *Barbarian Seas: Late Rome to Islam*. London: Periplus, 2004, p. 102-107.

JONCHERAY, Jean-Pierre & SÉNAC, Philippe. Une Nouvelle Épave Sarrasine du Haut Moyen Âge. *Archéologie islamique*, n. 5, 1995, p. 25-34.

JONES, W. R. The Image of the Barbarian in Medieval Europe. *Comparative Studies in Society and History*, n. 13, 1971, p. 376-407.

KAEGI, Walter Emil. *Byzantium and the Early Islamic Conquests*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

KAEGI JR. Walter Emil. Initial Byzantine Reactions to the Arab Conquest. *Church History*, n. 38, 1969, p.139-149.

KAEGI, Walter E. Confronting Islam: Emperors versus Caliphs. In: SHEPARD, Jonathan (ed.). *Cambridge History of the Byzantine Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 365-394.

KEDAR, Benjamin. *Crusade and Mission: European Approaches toward the Muslims*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

KENNEDY, Hugh. The Arab-Byzantine Frontier in the Eighth and Ninth Centuries: military organization and society in the borderlands. In: KENNEDY, Hugh (ed.). *The Byzantine and Early Islamic Near East*. Aldershot: Ashgate Publishing, 2006, p.79-116.

KENNEDY, Hugh. *The Early Abbasid Caliphate: A Political History*. London: Routledge, 1981.

KENNEDY, Hugh. *The Great Arab Conquests: How the Spread of Islam Changed the World We Live In*. Philadelphia: Da Capo Press, 2007.

KENNEDY, Hugh. *Muslim Spain and Portugal: A Political History of al-Andalus*. New York: Routledge, 1996.

KENNEDY, Hugh. *The Prophet and the Age of the Caliphates*. New York: Longman, 2004.

KHADDURI, Majid. *The Islamic Law of Nations: Shaybānī's Siyār*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1966.

KHALILIEH, Hassan. *Islamic Maritime Law: an introduction*, Leiden: Brill, 1998.

KÖPKE, Rudolf & DÜMMLER, Ernst. *Kaiser Otto der Grosse*. Darmstadt: Wissenschaftl, 1962.

KREUTZ, Barbara. *Before the Normans: Southern Italy in the Ninth and Tenth Centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.

LACAM, Jean. *Les Sarrazins dans le Haut Moyen Age Français*. Paris: Maisonneuve/Larose, 1965.

LARSSON, Goran. *Ibn Garcia's Shu'ubiyya Letter: Ethnic and Theological Tensions in Medieval Al-Andalus*. Leiden: Brill, 2003.

LESTOCQUOY, J. The Tenth Century. *Economic History Review*, n. 17, 1947, p. 1-14.

LEVI-PROVENÇAL, E. *L'Espagne Musulmane au Dixième Siècle*. Paris: Larose, 1932.

LEVINE, Robert. Liutprand of Cremona: History and Debasement in the Tenth Century. *Mittelaltinisches Jahrbuch*, n. 26, 1991, p. 70-84.

LEWIS, Archibald. *The Development of Southern French and Catalan Society (718-1050)*. Austin: University of Texas Press, 1965.

LEWIS, Archibald R. *Naval Power and Trade in the Mediterranean, A.D. 500-1100*. Princeton: Princeton University Press, 1951.

LEWIS, Archibald & RUNYAN, Timothy. *European Naval and Maritime History (300-1500)*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

LEYSER, Karl. Ends and Means in Liutprand of Cremona. In: LEYSER, Karl. *Communications and Power in Medieval Europe: The Carolingian and Ottonian Centuries*. London: Bloomsbury Academic, 1994, p. 125-142.

LEYSER, Karl. Liutprand of Cremona: Preacher and Homilist. In: LEYSER, Karl. *Communications and Power in Medieval Europe: The Carolingian and Ottonian Centuries*. London: Bloomsbury Academic, 1994, p. 111-124.

LIUTPRAND DE CREMONA. *Antapodosis*. In: SQATRITI, Paolo (trad.). *The complete Works of Liutprand of Cremona*. Washington-DC: The Catholic University of America Press, 2007.

LOMBARD, Maurice. Le Bois dans la Méditerranée Musulmane. *Annales économiques Sociétés Civilisations*, n. 14, 1959, p. 234-254.

LUND, Niels. Allies of God or Man? The Viking Expansion in European Perspective. *Viator*, n. 20, 1989, p. 46-47.

MAKKI, Mahmoud. The Political History of al-Andalus. In: JAYYUSI, Salma Khadra (ed.) & MARIN, Manuela (ed.). *The Legacy of Muslim Spain*. Leiden: Brill Academic Pub, 1992, p. 3-87.

MALIK IBN ANAS. *Al-Muwattā'*: Kitab al-jihdād. Dubai: Diwan Press, 2003.

MANTEYER, Georges de. *La Provence du Premier au Douzième Siècle*. Paris: Picard, 1908.

MCCORMICK, Michael. *Origins of the European Economy: Communications and Commerce (300-900)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MEOUAK, Mohamed. Hiérarchie des Fonctions Militaires et Corps d'Armée en Al-Andalus Umayyade. *Al-Qantara*, n. 14, 1993, p. 361-392.

MICHEAU, Françoise & SÉNAC, Philippe. La Bataille de Poitiers, de la Réalité au Mythe. In: ARKOUN, Mohammed (éd.). *Histoire de l'Islam et des Musulmans en France du Moyen-Âge à nos Jours*. Paris: Albin Michel, 2006, p. 7-15.

- MILES, George C. *The Coinage of the Arab Emirs of Crete*. New York: The American Numismatic Society, 1970.
- MINORSKY, V. *Hudud al-'Alam: The Regions of the World*. London: Luzac Publishing Ltd, 1970.
- MIQUEL, Andre. *La Géographie Humaine du Monde Musulman*. Paris: La Haye, Mouton & Co., 1967.
- MOLINS, Maria Jesus Viguera. The Muslim Conquest of Spania/al-Andalus. In: MARIN, Manuela (ed.). *The Formation of al-Andalus*, pt. 1. Aldershot: Routledge, 1998, p. 13-39.
- MONES, Hussain. The Role of Men of Religion in the History of Muslim Spain up to the End of the Caliphate. FIERRO, Maribel & SAMSÓ, Julio. *The Formation of al-Andalus*, pt. 2. Aldershot: Routledge, 1998, p. 51-84.
- MORABIA, Alfred. *Le Jihad dans l'Islam Médiéval: Le "combat sacré" des origines au douzième siècle*. Paris: Albin Michel, 1993.
- MORENO, Eduardo Mazano. El Asentamiento y la Organizacion de la Junds Sirios em al-Andalus. *Al-Qantara*, n. 14, 1993, p. 327-359.
- MORENO, Eduardo Manzano. Christian-Muslim Frontier in al-Andalus: Ideal and Reality. In: AGIUS, Dionisius (ed.) & HTCHCOCK (ed.). *The Arab Influence in Medieval Europe*. Reading: Ithaca Press, 1994, p. 83-99.
- MORENO, Eduardo Manzano. *Conquistadores, Emires y Califas*. Barcelona: Editorial Crítica, 2006.
- MUHAMMAD AL-TABARĪ. *Al-Tabarī's Book of Jihād: A Translation from the Original Arabic*. Lewiston: The Edwin Mellen Press, 2007.
- MUHAMMAD IBN ABĪ ZAYD AL-QAYRAWĀNĪ. *Al-jihād hasba al-madhab al-Mālikī*. Stuttgart: Dār al-Nashr Firānts Shtāynir, 1994.
- MUHAMMAD IBN HAWQAL. *Surat al-Ard*. In: KRAMERS, J. H. (trad.), WIET, Gaston (trad.). *Configurations de la Terre*. Paris/Beirut: Maisonneuve et Larose, 1963.
- O'SHEA, Stephen. *Sea of Faith: Islam and Christianity in the Medieval Mediterranean World*. Vancouver: Walker Books, 2006.
- PETERS, Rudolph. *Jihād in Classical and Modern Islam*. New Jersey: Wiener, 2005.
- PICARD, Christophe. *La Mer et les Musulmans d'Occident au Moyen Age (huitième au douzième siècle)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- PICARD, Christophe & BORRUT, Antoine. Rabata, Ribat, Rabita: Une institution à reconsidérer. In: PROUTEAU, Nicolas (éd.) & SÉNAC, Philippe (éd.) *Chrétiens et musulmans en Méditerranée médiévale: Echanges et contacts*. Poitiers: Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale, 2003, p. 33-65.
- PLANHOL, Xavier de. *L'Islam et la Mer: la Mosquée et le Matelot*. Paris: Librairie Académique Perrin, 2000.
- POLY, Jean-Pierre. *La Provence et la Société Féodale*. Paris: Bordas, 1976.
- POLY, Jean Pierre & BOUNAZEL, Eric. *The Feudal Transformation (900-1200)*. New York: Holmes & Meier Publishers Inc., 1991.

POUPARDIN, René. *Le Royaume de Provence*. Paris: É. Bouillon, 1908.

PRYOR, John H. *Geography, Technology, and War: Studies in the Maritime History of the Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

REINAUD, Joseph Toussaint. *Invasions des Sarrazins en France et de France en Savoie, en Piémont et dans la Suisse*. Paris: La Librairie Orientale de V<sup>e</sup> Dondey-Dupré, 1836.

REUTER, Timothy. *Germany in the Early Middle Ages*. London: Longman, 1991.

ROTH, Norman. *Jews, Visigoths and Muslims in Medieval Spain: Cooperation and Conflict*. Leiden: Brill, 1994.

RUNCIMAN, Steven. *The Emperor Romanus Lecapenus and His Reign: A Study of Tenth-Century Byzantium*. Cambridge: Cambridge University Press, 1963.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *La España Musulmana*. Madrid: Espasa Calpe, 1982.

SAVAGE-SMITH, Emilie. Memory and Maps. In: DFTARY, Farhad (ed.) & MERI, Josef (ed.). *Culture and Memory in Medieval Islam: Essays in Honour of Wilferd Madelung*. London: I. B. Tauris, 2003, p.109-127.

SÉNAC, Philippe. *L'Occident Medieval Face à l'Islam: L'image de l'autre*. Paris: FLAMMARION, 2000.

SÉNAC, Philippe. *Provence et la Piraterie Sarrasine*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1982.

SÉNAC, Philippe. Contribution à l'Étude des Relations Diplomatiques entre l'Espagne Musulmane et l'Europe au Dixième Siècle. *Studia Islamica*, n. 61, 1985, p. 45-55.

SÉNAC, Philippe. Islam et Chrétienté dans l'Espagne du Haut Moyen Âge: la naissance d'une frontière. *Studia Islamica*, n. 89, 1999, p. 91-108.

SÉNAC, Philippe. *Musulmans et Sarrasins dans le Sud de Gaule*. Paris: Le Sycomore, 1980.

SHAKIB ARSLAN. *Tarikh Ghazawat Al-'Arab fi Faransa wa Swisra wa Italia wa Jaza 'ir al Bahr Al-Mutawassit*. Beirut: Dar Maktabat al-Ayat, 1966.

SHEPARD, Jonathan. Byzantium and the West. In: REUTER, Timothy (ed.). *The New Cambridge Medieval History: Volume III*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 605-623.

SCHOLZ, Bernhard Walter (trad.). *Carolingian Chronicles*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1970.

SETTON, Kenneth. On the Raids of the Moslems in the Aegean in the Ninth and Tenth Centuries and Their Alleged Occupation of Athens. *American Journal of Archaeology*, n. 58, 1954, p. 311-319.

SMITH, Colin. *Christians and Moors in Spain*. v. 1. Warminster: Liverpool University Press, 1988.

TAHA, Abdulwahid Dhanun. *The Muslim Conquest and Settlement of North Africa and Spain*. London: Routledge, 1988.

TALBI, Mohammed. *L'Émirat Aghlabide*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1966.



TIBI, Amin. Amara Andalusīyya Arabīyya fi Jazīrat Iqrīsh. *Majallat al-Mu'arrikh al-Arabi*, n. 28, 1986, p. 45-55.

TERRASSE, Michel. *Islam et Occident Méditerranéen*. Paris: CTHS EDITION, 2001.

THOMPSON, James Westfall. The Commerce of France in the Ninth Century. *Journal of Political Economy*, n. 23, 1915, p. 857-887.

TOLAN, John V. *Saracens: Islam in the Medieval European Imagination*. New York: Columbia University Press, 2002.

TREADGOLD Warren. *Byzantium and Its Army*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

TOR, Deborah. Historical Representations of Ya'qūb b. al-Layth: A Reappraisal. *Journal of the Royal Asiatic Society*, n. 12, 2002, p. 247-275.

TOR, Deborah. Privatized Jihad and Public Order in the Pre-Seljuq Period: The Role of the Mutatawwi'a. *Iranian Studies*, n. 38, 2005, p. 555-573.

TSOUGARAKIS, Dimitris. *Byzantine Crete: From the Fifth Century to the Venetian Conquest*. Athens: Historical Publications St. D. Basilopoulos, 1988.

TYLER, J. E. *The Alpine Passes (962-1250)*. Oxford: Blackwell, 1930.

UNGER, Richard. *The Ship in the Medieval Economy (600-1600)*. London: Croom Helm, 1980.

URVOY, Dominique. The 'Ulamā' of al-Andalus. In: JAYYUSI, Salma Khadra (ed.). *The Legacy of Muslim Spain*. Leiden: Brill, 1992, p. 849-877.

VASILIEV, Alexander. *History of the Byzantine Empire*. Madison: Univ of Wisconsin Press, 1961.

VRYONIS JR. Speros. *Byzantium and Europe*. London: Harcourt, 1967.

WALLACE-HADRILL, J. M. *The Fourth Book of the Chronicle of Fredegar*. London: Thomas Nelson and Sons, 1960.

WATSON, William Ernest. The Hammer and the Crescent: Contacts between Andalusī Muslims, Franks, and Their Successors. In: *Three Waves of Muslim Expansion into Francia* (Ph.D. diss. University of Pennsylvania, 1990).

WENNER, Manfred W. The Arab/Muslim Presence in Medieval Central Europe. *International Journal of Middle East Studies*, n. 12, 1980, p.59-79.

WEINBERGER, Stephen. Peasant Households in Provence (ca. 800-1000). *Speculum*, n. 48, 1973, p. 247-257.

WICKHAM, Chris. *Early Medieval Italy: Central Power and Local Society (400-1000)*. London: Macmillan, 1981.

WIDUKIND OF CORVEY. "Battle of Lechfeld". In: HILL, Boyd H. (trad.). *The First Reich: Germany in the Tenth Century*. New York: Wiley, 1969.

WILLIAMS, John Alden. *The Abbasid Revolution*. Albany: State University of New York Press, 1985.

WOLF, Kenneth Baxter. Christian Views of Islam in Early Medieval Spain. In: TOLAN, Johan Victor (ed.). *Medieval Christian Perceptions of Islam*. New York: Garland Pub., 1996, p. 85-108.

WOLF, Kenneth Baxter. *Conquerors and Chroniclers of Early Medieval Spain*. Liverpool: Liverpool University Press, 1990.

VALLVE, Joaquin. *Abderraman III: Califa de España y Occidente (912-961)*. Barcelona: Ariel Publications, 2003.

VERSTEEGH, Kees. The Arab Presence in France and Switzerland in the Tenth Century. In: *Arabica*, n°. 37, 1990, p. 359-388.

VILA, Jacinto Bosch. Considerations with Respect to Al-Thaghr in Al-Andalus and the Political-Administrative Division of Muslim Spain. In: MARIN, Manuela (ed.). *The Formation of al-Andalus*. pt. I. Ashgate: Routledge, 1998, p. 377-387.